



A Situação
Demográfica
Recente em
Portugal

Autoras:

Maria José Carrilho

Instituto Nacional de Estatística / Gabinete de Estudos

Email: mjose.carrilho@ine.pt

Lurdes Patrício

Instituto Nacional de Estatística / Departamento de Estatísticas Sociais

Email: lurdes.patricio@ine.pt

Resumo:

No período de 2001 a 2008, Portugal registou um crescimento continuado da população, segundo um ritmo fraco e decrescente. O crescimento resulta quase exclusivamente do saldo migratório dado que o saldo natural observado é diminuto, tornando-se mesmo negativo em 2007. A fecundidade permanece a níveis muito inferiores aos necessários para renovar as gerações, a longevidade aumenta e os respectivos efeitos na composição etária da população agravam o processo do envelhecimento demográfico. A substancial redução do número de casamentos e o forte acréscimo tanto dos nascimentos com coabitação dos pais como dos divórcios e da idade média ao casamento comprovam os novos modelos familiares no país.

Analisam-se, no presente artigo, os comportamentos das variáveis demográficas responsáveis pelas mudanças observadas na estrutura da população e que determinaram a intensidade do envelhecimento da população e a dimensão que a mesma observa.

Palavras Chave: População, Fecundidade, Mortalidade, Esperança de vida, Migrações, Envelhecimento.

**The Demographic
Changes in Portugal**

Abstract

In the 2001-2008 period Portugal experienced a continuous growth of the population, at a weak and decreasing rate. This growth results almost exclusively of the net migration, since the natural change is very low, becoming even negative in 2007. Fertility remains at levels far below those necessary to renew the generations, longevity increases, and both these factors intensify the process of demographic ageing.

The new family models in Portugal are the result of the significant fall in the number of marriages and the strong rise of the number of wedlock births, the number of divorces and the average age at marriage.

This paper intends to study the patterns of demographic variables responsible for the major changes in both population size and age structure of the population and culminating in its significant ageing.

Key words: Population, fertility, mortality, expectancy of life, migrations, ageing.

Introdução

A *Situação Demográfica Recente em Portugal* que se apresenta dá continuidade à análise divulgada na Revista de Estudos Demográficos nº 44 e actualiza-a com as mudanças ocorridas em 2008, no campo da natalidade, mortalidade e das migrações, procurando evidenciar os aspectos mais relevantes. Em termos de tendências não se registam alterações significativas.

O período central de análise seleccionado abrange os anos entre 1 de Janeiro de 2002 e 1 de Janeiro de 2009 de modo a avaliar as mudanças demográficas verificadas em Portugal, no início século XXI. As causas e os efeitos dos fenómenos demográficos revelam-se no longo prazo, o que determina, em alguns casos, que a análise das variáveis se estenda por um horizonte temporal mais vasto.

No presente artigo utilizam-se as estimativas definitivas intercensitárias para o período 1991-2000, as estimativas provisórias póscensitárias para os anos de 2001-2008 assentes nos resultados definitivos dos Recenseamentos Gerais da População de 1991 e 2001, ajustados com as taxas de cobertura medidas nos respectivos Inquéritos de Qualidade, as Projecções de População Residente 2008-2060, as Estatísticas Demográficas e da Saúde, informação toda produzida no INE. A análise desenvolve-se, sobretudo, tendo como referência a geografia existente à data da realização dos Censos 2001 (NUTS II - Decreto Lei nº46/89) evidenciando-se, quando necessário, os valores reportados à geografia de 2002 (NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002). Os indicadores calculados com base nas duas geografias disponibilizam-se nos Quadros Anexos.

1. População

A dinâmica do crescimento da população residente em Portugal, nos primeiros oito anos do século XXI caracteriza-se pela redução tanto do saldo natural¹, negativo em 2007 e quase nulo em 2008, provocada, sobretudo, pela queda dos nascimentos com vida, como do saldo migratório positivo mas com tendência para regredir, e pelo agravamento progressivo do envelhecimento demográfico isto é, pelo aumento da proporção da população idosa (65 ou mais anos) no total da população.

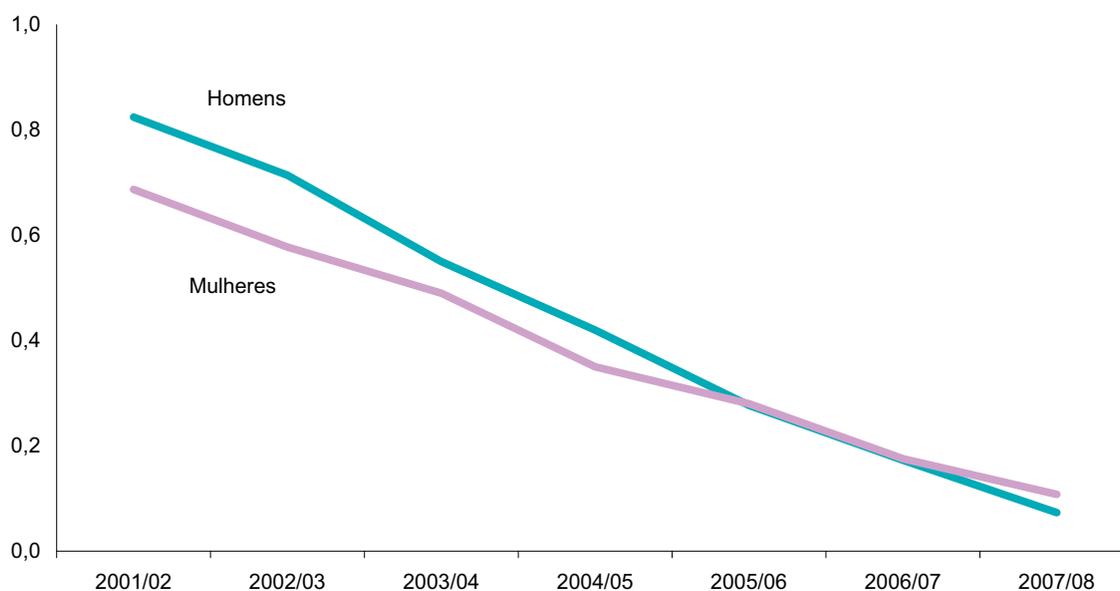
De 1 de Janeiro de 2002 a 31 de Dezembro de 2008 estima-se que a população residente em Portugal tenha aumentado cerca de 300 mil pessoas evoluindo segundo uma taxa de 0,41%, média anual. O ritmo foi ligeiramente mais acentuado nos homens (0,43%), do que nas mulheres (0,38%) observando-se a maior diferença no período mais intenso de entrada de imigrantes (2001-2003). Nos anos recentes, a imigração ganhou importância, em particular a com origem no Brasil, em alguns países da Europa de Leste e da Ásia. O acréscimo populacional registado reparte-se entre 8,5% para o saldo natural e 91,5% para o migratório.

O comportamento evolutivo das variáveis demográficas explica o ritmo de crescimento mais forte da população residente em Portugal, nos primeiros anos do século XXI, na linha do ocorrido no final do século passado, e o abrandar nos últimos três anos do período observado, bem como o sentido de mudança observado para homens e mulheres.

¹ Os dados vivos e óbitos utilizados na presente análise reportam-se aos valores facultados pelas Conservatórias do Registo Civil até Abril de 2009.

Figura 1

Taxas de crescimento da população residente (%), por sexo, Portugal 2001- 2008



Fonte: INE, I.P. Estimativas Provisórias de População Residente (cálculo das autoras)

Nos oito primeiros anos do corrente século os diferentes andamentos das variáveis demográficas permitem distinguir duas fases no crescimento da população. A primeira, corresponde ao período 2001-2004, alia saldos naturais fracos com saldos migratórios positivos fortes, mas tendencialmente decrescentes que determinam uma taxa média anual de 0,6 % ao ano, mais elevada nos homens como resultado das correntes imigratórias predominantemente masculinas. A segunda fase coincide com o período de 2005-2008 durante a qual tanto o saldo natural, que no ano 2007 regista um valor negativo; como o migratório diminuem provocando a redução para um terço da variação média anual (0,2%) e mais expressiva nas mulheres. Na primeira fase o saldo natural representa 9,0 % do crescimento da população contra apenas 4,7% apenas na segunda fase.

Em 31 de Dezembro de 2008, a população residente em Portugal foi estimada em 10 627,3 milhares de indivíduos, dos quais 5 142,6 homens e 5 484,7 mulheres. Comparativamente ao ano anterior, a população residente aumentou 9,7 milhares de indivíduos, ou seja 0,09%, prosseguindo a desaceleração do ritmo iniciada em 2003. O acréscimo é praticamente idêntico nos homens e nas mulheres.

Quadro 1

Evolução da Situação Demográfica em Portugal, 2001-2008								
Indicadores	Anos							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
População Residente Média (milhares)	10 293,0	10 368,4	10 441,1	10 502,0	10 549,4	10 584,3	10 608,3	10 622,4
População Residente em 31.XII (milhares)	10 329,3	10 407,5	10 474,7	10 529,3	10 569,6	10 599,1	10 617,6	10 627,3
<i>Homens</i>	4 988,9	5 030,2	5 066,3	5 094,3	5 115,7	5 129,9	5 138,8	5 142,6
<i>Mulheres</i>	5 340,4	5 377,2	5 408,4	5 434,9	5 453,9	5 469,2	5 478,8	5 484,7
Relação de Masculinidade (%)	93,4	93,5	93,7	93,7	93,8	93,8	93,8	93,8
Saldo Natural	7 682	8 125	3 720	7 330	1 937	3 408	-1 020	314
Saldo Migratório	65 000	70 000	63 500	47 240	38 400	26 100	19 500	9 361
Variação Populacional	72 682	78 125	67 220	54 570	40 337	29 508	18 480	9 675
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,07	0,08	0,04	0,07	0,02	0,03	-0,01	0,00
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,63	0,68	0,61	0,45	0,36	0,25	0,18	0,09
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,71	0,75	0,64	0,52	0,38	0,28	0,17	0,09

Fonte: INE, I.P. Estimativas de População Residente aferidas com os resultados definitivos dos Censos 2001, tendo em conta os respectivos erros de cobertura.

O fraco crescimento da população deve-se, exclusivamente, ao saldo migratório positivo (0,09%), dado que o saldo natural foi quase nulo.

Tanto o número de nados vivos como o de óbitos registam evoluções no mesmo sentido face a 2007 e iguais a 2,1% e 0,7%, respectivamente, sendo o diminuto saldo natural (314) atribuído à subida da mortalidade. Se a variação dos nados vivos ao longo do período analisado se inscreve nas oscilações normais anuais, quer no sentido positivo quer negativo, que o acontecimento observa, a dos óbitos expressa entre 2004 e 2006, flutuações superiores a 5%.

Estima-se que em 2008, o saldo migratório tenha atingido cerca de 9 361 (29 718 entradas e 20 357 saídas, contra 46 300 entradas e 26 800 saídas em 2007), valor inferior a metade do ano anterior, como consequência do ritmo mais forte da queda dos fluxos de entrada, comparativamente aos de saída.

Tendo como comparação a Europa comunitária, Portugal revela uma evolução no mesmo sentido, mas com um ritmo bastante inferior ao da média estimada pelo Eurostat² (UE27= 0,43% em 2008 e 0,53% em 2007). O Luxemburgo detém a taxa de crescimento mais alta (2,0%), passando a Irlanda (1,5%) a ocupar a segunda posição, seguida da Espanha (1,20%), enquanto a Lituânia (-0,49%), a Bulgária (-0,44%) e a Letónia (-0,42%) registam as variações negativas mais acentuadas, apesar de menos fortes do que no ano anterior. As comparações internacionais devem, no entanto, ser cautelosas, pois o documento do Eurostat apresenta as primeiras estimativas para 2008, e uma revisão substancial dos dados provisórios referentes ao ano anterior.

Tendo como referência a geografia definida pelo Decreto-lei nº46/89³, Norte (35,2%) e Lisboa e Vale do Tejo (34,5%), são as regiões que mais contribuem para os efectivos populacionais do país. Mais de metade da população residente em Portugal concentrava-se, em 2008, nas NUTS Norte e Centro (52,2%), embora durante o período analisado se tenha verificado uma perda de 0,5 pp. Se a estas duas NUTS se adicionar Lisboa e Vale do Tejo a concentração em três regiões sobe para 86,5%, valor que devido ao reforço desta última NUTS na população do país, se mantém idêntico ao de 2001.

Algarve e as Regiões Autónomas em conjunto não atingem o milhão de habitantes embora tenham crescido segundo uma taxa média anual de 0,85% entre 2001 e 2008. Pertence ao Algarve (1,3%) o acréscimo mais forte do período, mais do que triplicando a média do país. Ao contrário, o Alentejo é a única região que perde população (-0,46%).

² Eurostat (2009) - Data in Focus, Population and Social conditions, 31/2009, valores provisórios.

³ Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

A nível regional os ritmos de variação da população diferem como consequência dos comportamentos das variáveis demográficas e provocam as conhecidas assimetrias entre o interior e o litoral do país⁴. Ao Algarve pertence, em 2008, à semelhança dos anos anteriores, a taxa de crescimento efectivo mais elevada (0,86%) como resultado, essencialmente do contributo dos fluxos migratórios de entrada. De facto, para o Algarve estima-se a taxa migratória mais forte do país (0,82% em 2008), apesar do ritmo ter abrandado bastante durante o período em análise (2,05% em 2001 e 1,09% em 2007). A taxa migratória negativa mais acentuada é atribuída ao Alentejo.

A Região Autónoma dos Açores (0,23%) tem a taxa de crescimento natural mais elevada, situação que aliada a uma taxa de crescimento migratório positivo, embora fraco, lhe confere a terceira maior taxa de crescimento efectivo do país (0,32%). No caso do Alentejo, o efeito conjugado dos valores negativos observados para as taxas de crescimento natural (-0,66%) e migratório (-0,17%) justificam a variação negativa da população mais acentuada (-0,82%) registada em 2008, no país, a nível de NUTS II. No Norte, a baixa gradual dos saldos naturais ainda compensou a alteração de sentido dos movimentos migratórios ocorridos no início deste século, embora traduzida em uma variação populacional muito pouco expressiva.

No Algarve os saldos naturais negativos inverteram o sentido em 2004, permanecendo positivos desde então embora com níveis fracos (-0,10% em 2001, 0,02% em 2004 e 0,04% em 2008). Em contraste, o Alentejo que vinha a contabilizar saldos migratórios positivos desde 1993, nos dois últimos anos voltou a apresentar valores negativos (-0,17% em 2008 e -0,12% em 2007 contra 0,46%, em 2001). São estas as duas únicas regiões, a nível de NUTS II do país que evidenciam taxas de crescimento natural negativas. Obtêm-se conclusões similares se a análise se basear na geografia de 2002.

A análise a um nível geográfico mais fino denota que, saldos naturais fortemente negativos associados a saldos migratórios igualmente negativos originaram grandes perdas populacionais no período em análise, em particular nas regiões do interior. Em algumas zonas o ritmo de diminuição da população desacelerou nos anos mais recentes devido aos fluxos imigratórios.

⁴ Sobre esta temática consultar INE, I. P. (2009) "Estimativas Provisórias de População Residente, 2008, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios", Lisboa, Setembro 2009.

2. Natalidade e Fecundidade

Em 2008, o número de nados vivos de mães residentes em Portugal subiu para 104 594 mais cerca de 2 000 nascimentos face ao ano anterior e menos 8 000, comparativamente ao início do período.

Quadro 2

Indicadores sobre a Natalidade e Fecundidade, Portugal, 2001- 2008								
Indicadores	Anos							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Nados vivos	112 774	114 383	112 515	109 298	109 399	105 449	102 492	104 594
<i>Homens</i>	58 365	59 303	58 210	56 212	56 612	54 057	52 683	53 976
<i>Mulheres</i>	54 409	55 080	54 305	53 086	52 787	51 392	49 809	50 618
Relação de masculinidade à nascença (%)	107,3	107,7	107,2	105,9	107,2	105,2	105,8	106,6
Nados vivos fora do casamento	26 814	29 117	30 236	31 766	33 633	33 331	34 443	37 854
Nados Vivos fora do casamento (%)	23,8	25,5	26,9	29,1	30,7	31,6	33,6	36,2
Nados Vivos fora do casamento com coabitação	20 062	23 308	24 219	25 408	27 093	26 679	27 685	30 521
Nados Vivos fora do casamento com coabitação (%)	74,8	80,0	80,1	80,0	80,6	80,0	80,4	80,6
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação	6 752	5 809	6 017	6 358	6 540	6 652	6 758	7 333
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação(%)	25,2	20,0	19,9	20,0	19,4	20,0	19,6	19,4
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	11,0	11,0	10,8	10,4	10,4	10,0	9,7	9,8
Índice Sintético de Fecundidade (nº médio de crianças por mulher)	1,46	1,47	1,44	1,40	1,41	1,36	1,33	1,37
Idade média da mulher ao nascimento do 1º filho (anos)	26,8	27,0	27,4	27,5	27,8	28,1	28,2	28,4
Idade média ao nascimento de um filho (anos)	28,8	29,0	29,2	29,4	29,6	29,9	30,0	30,2
Taxa de Reprodução Bruta	0,712	0,719	0,705	0,685	0,687	0,664	0,651	0,671
Taxa de Reprodução Líquida	0,697	0,704	0,695	0,676	0,680	0,658	0,645	0,664

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2008

A taxa bruta de natalidade, após um período estável nos primeiros três anos do corrente século próximo dos 11 nascimentos com vida por mil habitantes, fixou-se em 9,8‰ para 2008, nível bem inferior ao estimado pelo Eurostat⁵ para o conjunto dos países membros (UE27 = 10,9‰). De acordo com os valores provisórios para 2008, divulgados por aquele organismo, o indicador varia entre os 8‰ e os 17‰ continuando o nível mais elevado a pertencer à Irlanda (16,9‰), seguido da França (13,0‰), do Reino Unido (12,9‰), da Suécia (11,9‰), e da Dinamarca (11,8‰). O valor mais baixo localiza-se na Alemanha com 8,2‰ nados vivos por mil habitantes acompanhada, embora a uma certa distância, da Áustria com 9,3‰. A taxa bruta de natalidade de Portugal segue a evolução contrária à observada nos últimos anos em alguns países com níveis de natalidade fracos. Se o valor registado pela Irlanda se insere no esperado, pois só muito recentemente deixou de assegurar as gerações, deve salientar-se que a França e a Suécia, que chegaram a deter taxas com níveis muito fracos, recuperaram e ocupam, actualmente, os primeiros lugares no valor do indicador. Por outro lado, muitos dos novos países aderentes surgem com taxas inferiores à média comunitária. Contudo, deve-se ter presente que a análise assenta em taxas brutas que não têm em conta o efeito da estrutura etária das populações em confronto.

5 Eurostat (2009) - Data in Focus, Population and Social conditions, 31/2009, valores provisórios

Os nados vivos de mães com nacionalidade estrangeira e residência em Portugal duplicaram a sua proporção no total nos nascimentos com vida entre 2001 e 2008, ano a que ascenderam a 9,8% do total. Para este acréscimo contribuíram as mães de nacionalidade brasileira, a qual se tornou, desde 2006, a mais representativa (3,6% em 2008), assumindo o lugar das mães nacionais dos países africanos de língua portuguesa (PALPs), que continuam a perder importância relativa.

De ressaltar ainda a tendência em alta dos nascimentos de filhos de mães nacionais da Ucrânia, Roménia, da Moldávia e Rússia, que em conjunto, passaram de 0,3% em 2001 para 2,2% em 2008 do total de nascimentos de mães estrangeiras residentes em Portugal.

A variável *nacionalidade* passou a ser inquirida em 1995 mas o período, embora curto, permite concluir que o ritmo de crescimento dos nados vivos, cuja mãe tem a nacionalidade estrangeira, marca a variação anual recente dos nascimentos com vida em Portugal. A variação negativa da natalidade ocorrida no período entre 2001 e 2008 é, assim, explicada exclusivamente pela diminuição dos nascimentos de mães portuguesas e como tal, pela baixa da fecundidade.

Quadro 3

Nados vivos de mães residentes em Portugal, por nacionalidade, 2001-2008																
Continentes / País de Nacionalidade	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	nº	%														
Total de Nados Vivos	112 774	100,00	114 383	100,00	112 515	100,00	109 298	100,00	109 399	100,00	105 449	100,00	102 492	100,00	104 594	100,00
Europa	107 927	95,70	108 599	94,94	106 792	94,91	103 271	94,49	102 893	94,05	98 560	93,47	95 304	92,99	97 012	92,75
Portugal	106 869	94,76	106 683	93,27	104 484	92,86	100 851	92,27	100 304	91,69	95 903	90,95	92 603	90,35	94 351	90,21
Alemanha	101	0,09	80	0,07	110	0,10	110	0,10	95	0,09	95	0,09	73	0,07	79	0,08
Bélgica	14	0,01	21	0,02	17	0,02	18	0,02	20	0,02	22	0,02	13	0,01	22	0,02
Espanha	99	0,09	132	0,12	147	0,13	117	0,11	157	0,14	148	0,14	151	0,15	118	0,11
França	280	0,25	340	0,30	330	0,29	298	0,27	282	0,26	200	0,19	86	0,08	87	0,08
Itália	24	0,02	25	0,02	31	0,03	25	0,02	36	0,03	31	0,03	34	0,03	37	0,04
Países Baixos	44	0,04	44	0,04	44	0,04	52	0,05	28	0,03	42	0,04	31	0,03	35	0,03
Reino Unido	95	0,08	70	0,06	108	0,10	102	0,09	119	0,11	127	0,12	128	0,12	137	0,13
Moldavia	63	0,06	175	0,15	223	0,20	236	0,22	300	0,27	327	0,31	399	0,39	395	0,38
Roménia	83	0,07	276	0,24	384	0,34	485	0,44	566	0,52	650	0,62	697	0,68	701	0,67
Ucrânia	120	0,11	481	0,42	590	0,52	663	0,61	657	0,60	674	0,64	710	0,69	696	0,67
Rússia	46	0,04	101	0,09	131	0,12	139	0,13	129	0,12	110	0,10	127	0,12	138	0,13
Outros países Europa	89	0,08	171	0,15	193	0,17	175	0,16	200	0,18	231	0,22	252	0,25	216	0,21
África	3 649	3,24	3 873	3,39	3 469	3,08	3 380	3,09	3 352	3,06	3 157	2,99	3 037	2,96	3 000	2,87
Angola	1 396	1,24	1 496	1,31	1 277	1,13	1 202	1,10	1 206	1,10	953	0,90	882	0,86	741	0,71
Cabo Verde	1 136	1,01	1 260	1,10	1 119	0,99	1 090	1,00	1 076	0,98	1 117	1,06	1 044	1,02	1 097	1,05
Guiné Bissau	495	0,44	490	0,43	483	0,43	490	0,45	478	0,44	278	0,26	201	0,20	267	0,26
Moçambique	218	0,19	185	0,16	163	0,14	145	0,13	141	0,13	111	0,11	90	0,09	70	0,07
S.Tomé e Príncipe	278	0,25	306	0,27	279	0,25	284	0,26	285	0,26	302	0,29	317	0,31	323	0,31
<i>Total dos PALP</i>	<i>3 523</i>	<i>3,12</i>	<i>3 737</i>	<i>3,27</i>	<i>3 321</i>	<i>2,95</i>	<i>3 211</i>	<i>2,94</i>	<i>3 186</i>	<i>2,91</i>	<i>2 761</i>	<i>2,62</i>	<i>2 534</i>	<i>2,47</i>	<i>2 498</i>	<i>2,39</i>
Outros Países África	126	0,11	136	0,12	148	0,13	169	0,15	166	0,15	396	0,38	503	0,49	502	0,48
América	920	0,82	1 567	1,37	1 856	1,65	2 168	1,98	2 599	2,38	3 166	3,00	3 546	3,46	3 930	3,76
Brasil	711	0,63	1 309	1,14	1 568	1,39	1 901	1,74	2 362	2,16	2 958	2,81	3 355	3,27	3 767	3,60
Outros Países América	209	0,19	258	0,23	288	0,26	267	0,24	237	0,22	208	0,20	191	0,19	163	0,16
Ásia e Oceânia	272	0,24	333	0,29	396	0,35	468	0,43	550	0,50	562	0,53	603	0,59	647	0,62
China	160	0,14	212	0,19	257	0,23	291	0,27	357	0,33	330	0,31	336	0,33	362	0,35
Outros Países Ásia e Oceânia	112	0,10	121	0,11	139	0,12	177	0,16	193	0,18	232	0,22	267	0,26	285	0,27
Apátridas e Desconhecida	16	0,01	16	0,01	9	0,01	9	0,01	10	0,01	16	0,02	11	0,01	16	0,02
Total de nados vivos de mães estrangeiras	5 889	5,24	7 684	6,72	8 022	7,13	8 438	7,72	9 085	8,30	9 530	9,04	9 878	9,64	10 227	9,78

Fonte: INE I.P. Estatísticas Demográficas 2001-2008, cálculo das autoras

Em Portugal é nas Regiões Autónoma dos Açores e no Algarve (11,5‰) que o indicador regista, em 2008, os valores mais elevados. Em oposição, pertencem ao Alentejo e ao Centro as taxas mais baixas (8,2‰) no caso das NUTS antigas. Se considerarmos as NUTS de 2002⁶, o Centro (8,5‰) e o Alentejo (8,6‰), continuam a deter as taxas mais baixas de natalidade do país embora se verifiquem subidas ligeiras, provavelmente como reflexo da inclusão de novas sub-regiões. A região de Lisboa também cresce 5 pontos percentuais de acordo com a geografia mais recente.

O declínio da fecundidade deve ser avaliado quer pelo número anual dos nascimentos, com efeitos directos na dimensão da população, quer pela ordem de nascimento que permite estudar a concentração dos nascimentos, quer pelo indicador sintético de fecundidade que evidencia as modificações na dimensão da família e o grau de substituição das gerações.

Desde há mais de vinte cinco anos que o nível de fecundidade em Portugal permanece continuamente inferior ao nível de substituição de gerações (2,1 crianças por mulher). Esta situação ocorreu mais tarde do que em alguns países europeus mas não alcançou, até ao momento, níveis tão fracos como os observados em Itália.

A fecundidade em Portugal é caracterizada pelo seu envelhecimento, com a maior frequência da natalidade a passar do grupo etário dos 20-24 anos para o grupo dos 25-29 anos e o incremento dos nascimentos entre as mães com idades superiores a trinta anos.

Em 2001, a taxa de fecundidade no grupo etário dos 20-24 anos era de 56,7‰ e no final do período em análise, ou seja em 2008, situava-se em 45,9‰; enquanto o grupo etário dos 30-34 anos reforçou a posição aumentando de 80,9‰ para 85,8‰. Os acréscimos do indicador nestas duas faixas etárias podem ser explicados pela diminuição dos correspondentes efectivos populacionais. Actualmente, o nível da taxa de fecundidade dos 35-39 anos está muito próximo da observada para os 20-24 anos. Se 2007 parece ser um ano atípico na evolução do adiar da fecundidade depois dos trinta anos, 2008 indicia a retoma de tendência verificada em anos anteriores. De realçar que taxa no grupo dos 40-44 anos passou de 6,6‰ para 7,8‰ no período em estudo. Desde 2005, que a taxa de fecundidade das mulheres com idades compreendidas entre os 30-34 anos assumiu a maior frequência, ultrapassando a do escalão etário anterior.

A análise do fenómeno segundo a ordem dos nascimentos evidencia um comportamento semelhante, com os nascimentos nas idades mais avançadas a ganharem importância. De notar que no período estudado são os primeiros nascimentos, que determinam o calendário actual da fecundidade em Portugal. A taxa de fecundidade de segunda ordem não cessa de aumentar depois dos 35 anos, reforçando o seu contributo para o padrão da fecundidade nos últimos anos (20,2‰, nos 35-39 anos, em 2008, face a 15,5 ‰ em 2001).

⁶ As três regiões que diferem na composição conforme se adopte uma ou outra geografia são o Alentejo e o Centro, que mantêm a designação, e Lisboa e Vale do Tejo, que altera para Lisboa na geografia de 2002.

Quadro 4

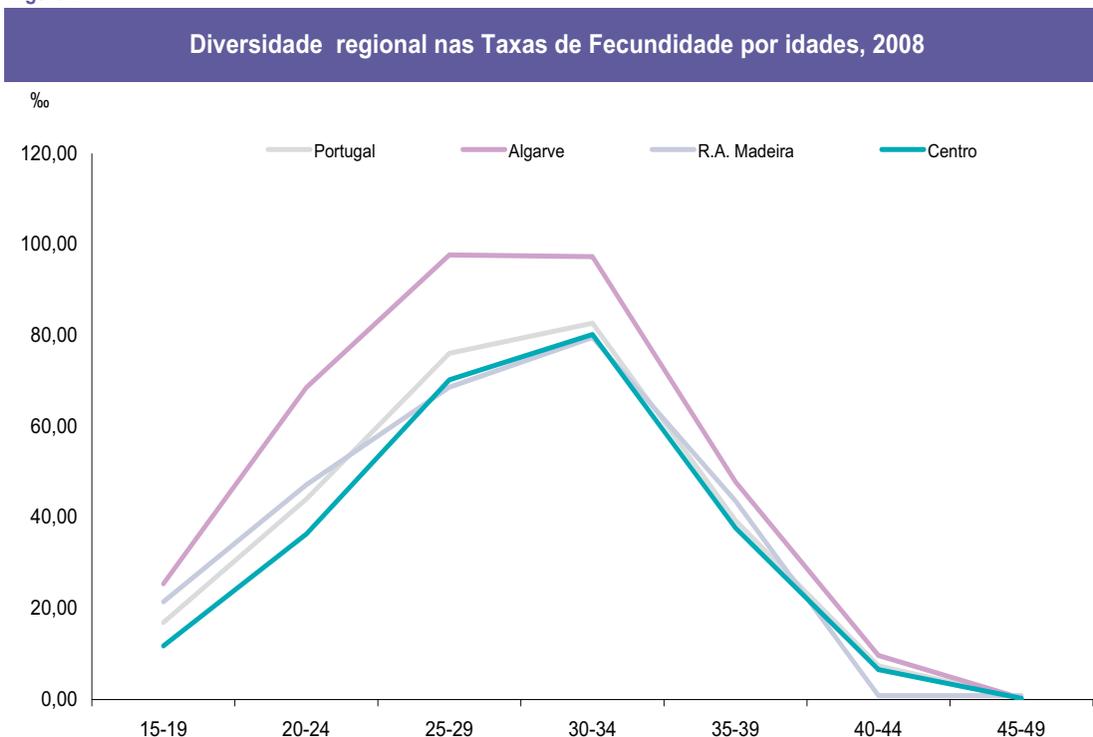
Taxas de Fecundidade Segundo a Ordem de Nascimento (‰), Portugal, 2001-2008								
Idades	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Geral								
20-24	56,7	54,6	51,2	48,2	47,6	45,5	44,1	45,9
25-29	92,7	93,1	89,7	85,3	84,3	79,6	76,1	76,7
30-34	80,9	83,4	84,6	83,6	85,3	83,8	82,8	85,8
35-39	33,8	35,1	35,7	36,1	37,6	38,4	39,4	42,0
40-44	6,6	6,8	7,1	7,3	7,4	7,7	7,4	7,8
1ª ordem								
20-24	41,9	40,9	37,7	35,5	34,8	33,3	32,0	33,0
25-29	56,0	58,0	56,4	53,3	53,2	50,8	48,6	48,4
30-34	30,1	33,1	35,5	35,3	37,2	37,5	37,6	39,4
35-39	8,0	8,7	9,3	9,2	9,9	10,6	11,0	12,0
40-44	1,5	1,5	1,7	1,7	1,8	1,8	1,8	1,9
2ª ordem								
20-24	12,0	11,3	10,9	10,3	10,5	10,0	9,8	10,3
25-29	29,4	28,0	26,6	25,3	24,6	23,0	21,8	21,7
30-34	38,3	38,2	37,7	37,2	37,8	36,4	35,6	36,2
35-39	15,5	16,0	16,2	16,5	17,5	18,2	18,9	20,2
40-44	2,1	2,3	2,2	2,4	2,5	2,6	2,7	2,8

Fonte: INE I.P. Estatísticas Demográficas 2001-2008

Todas as regiões do país apresentam a mesma tendência para adiar a fecundidade. Desde 1994 que a Região Autónoma dos Açores possui a taxa de fecundidade mais elevada nas adolescentes atingindo, em 2008, o valor médio de 29,3 nados vivos por cada 1 000 mulheres dos 15-19 anos, contra 33,80‰ em 2001. As taxas mais baixas permanecem no Centro (11,01‰ em 2008 e 17,24‰ em 2001) e no Norte (12,88‰ e 18,59‰, respectivamente em 2008 e 2001). Lisboa e Vale do Tejo melhorou a taxa de fecundidade entre as adolescentes, de (22,67‰ em 2001 para 20,03‰ em 2008). Ao Algarve (65,93 ‰) pertence, em 2008, a maior frequência de nascimentos com vida nas camadas etárias entre os 20-24 anos, posição que trocou ao longo do período (60,99‰ em 2001), com os Açores (78,86‰ em 2001, contra 63,00‰ em 2008). Esta situação reflecte o desfasamento temporal do calendário desta região autónoma em relação às outras regiões.

A heterogeneidade dos níveis de fecundidade e os diferentes ritmos de evolução do fenómeno da fecundidade das regiões portuguesas está bem retratado no comportamento do fenómeno nas regiões do Centro; do Algarve e da Região Autónoma da Madeira.

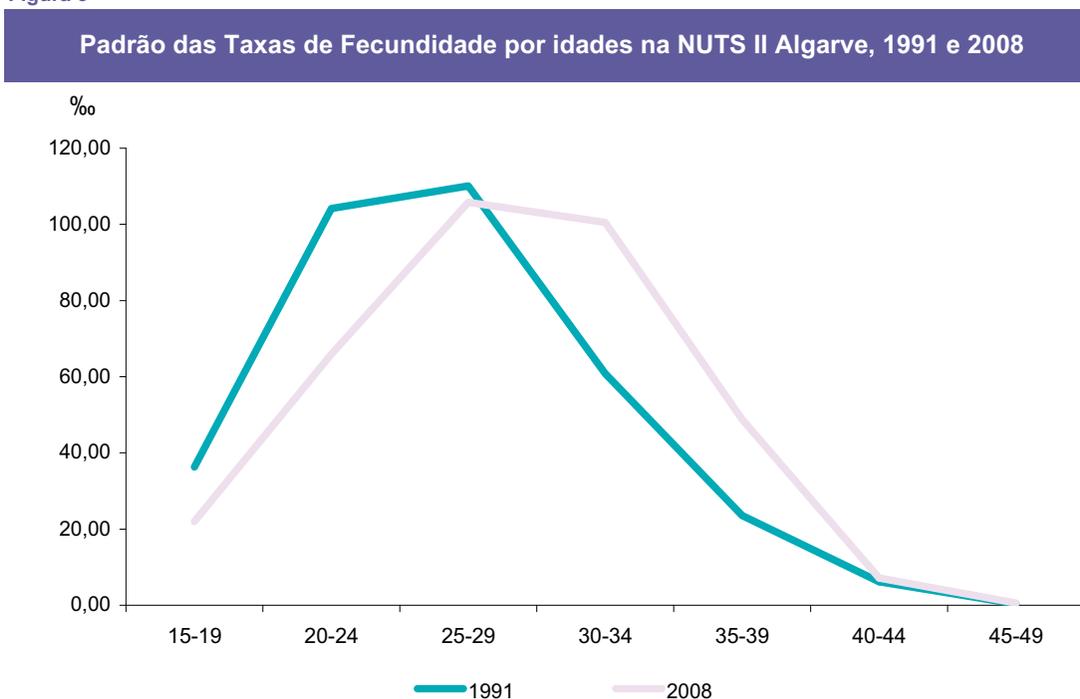
Figura 2



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2008 (elaboração das autoras)

Em 2008, apenas a região do Algarve detém taxas superiores a 100 nados por mil mulheres em idade fértil com idades iguais a 25 anos e inferiores a trinta anos. No entanto, o padrão de fecundidade alterou-se fortemente entre 1991 e 2008, com os níveis mais fortes a deslocarem-se para as idades mais avançadas.

Figura 3



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Definitivas de População Residente 1991 e Provisórias 2008 (elaboração das autoras)

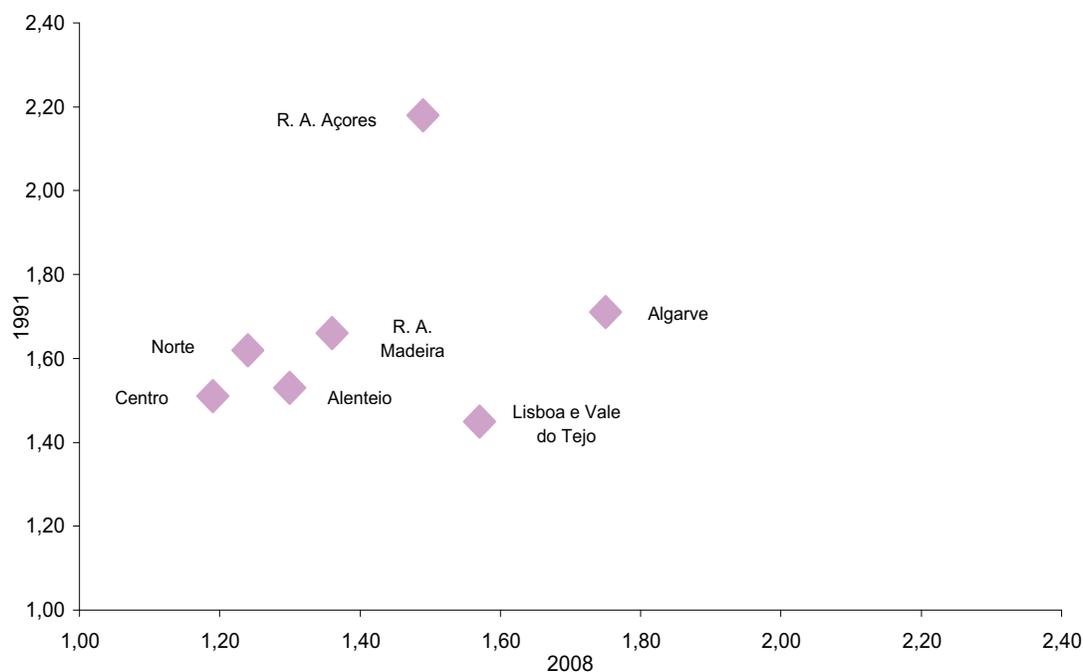
O índice sintético de fecundidade (ISF) que expressa o número de crianças por mulher tem descido embora não continuamente, para atingir o nível de 1,37 em 2008 (1,33 em 2007 e 1,46 em 2001).

O indicador é inferior ao estimado para a UE referente a 2007⁷ (UE 27=1,5 crianças por mulher). De referir o contributo favorável para o espaço comunitário, em 2008, ano para o qual a informação não está completa⁸ para todos os países, em particular da França (2,02 em 2008 contra 1,98 em 2007) que passou a deter o primeiro lugar seguindo-se o Reino Unido (1,94 crianças por mulher), e a Suécia (1,91 crianças por mulher); o nível mais baixo localiza-se na Polónia (1,23 crianças por mulher). O valor da Irlanda disponível (2,03 crianças por mulher) reporta-se a 2007, ano em que apresentava o indicador mais elevado da UE. Os níveis de fecundidade alcançados na Europa são tão fracos que a hierarquização dos países se procede na ordem das centésimas.

Em 2008, as regiões que apresentam o mais baixo índice sintético de fecundidade são o Centro com 1,19 crianças por mulher, seguida do Norte com 1,24 crianças por mulher e o mais elevado mantém-se no Algarve com 1,75 crianças por mulher. Lisboa e Vale do Tejo com o nível 1,57 crianças por mulher, detém a terceira taxa mais alta, enquanto Lisboa ascende a 1,64 crianças por mulher, se se considerar a geografia de 2002. A Região Autónoma dos Açores, com 1,49 crianças por mulher situa-se a nível intermédio. Esta última manteve-se como a região de fecundidade mais elevada durante a última década do século XX, estimando-se que só em 1994, o valor do índice se tenha tornado inferior ao nível de substituição das gerações, isto é, doze anos mais tarde do que o ocorrido no país. É, no entanto, a região em que a fecundidade mais recuou entre 1991-2008 (31,7%), confirmando que o comportamento do fenómeno é semelhante, mas desfasado no tempo e que quanto mais tarde se inicia o recuo maior é o ritmo a que o mesmo se processa. O Norte, em 1991, com um índice sintético de fecundidade igual a 1,62 crianças por mulher, nível também superior ao da média nacional, reduziu o nível em 25,3%, entre aquele ano e 2008, registando uma intensidade de decréscimo mais forte, no período de 2001-2009 (16%) Lisboa e Vale do Tejo (8,3%) e Algarve (2,3%) são as únicas regiões que verificam um aumento do índice sintético de fecundidade no período considerado.

Figura 4

Índice Sintético de Fecundidade (nº crianças por mulher) NUTS II, 1991 e 2008



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2008 (elaborações das autoras)

7 Eurostat (2009) - Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 66/2009

8 Eurostat (2009) - Data in Focus, Population and Social Conditions, 31/2009, valores provisórios.

As taxas de reprodução bruta e líquida traduzem bem a evolução do índice sintético de fecundidade. De facto em 1981 a taxa líquida de reprodução era ligeiramente superior à unidade, o que significa que a substituição de cada geração estava assegurada ou seja, cada mãe tinha em média uma filha para a substituir. Nos anos noventa do século passado essa substituição não era garantida e cada mãe tinha ao longo do período fecundo, em média 0,7 crianças do sexo feminino, situação que prevalece no início do século XXI. Acompanhando o andamento do índice sintético de fecundidade, o número de filhas revela-se, desde há mais de vinte cinco anos, insuficiente para substituir as gerações de mulheres.

A evolução da idade média ao nascimento de um filho confirma o adiar do nascimento. Numa primeira fase da baixa de natalidade, que corresponde aos anos sessenta e setenta, a idade média à maternidade seguiu a mesma tendência decrescente. O sentido inverte-se, quando a substituição das gerações deixa de ser assegurada, e que se localiza no início dos anos oitenta do século XX. Desde então que a idade média ao nascimento do primeiro filho ou de um filho, independentemente da ordem que ocupa na hierarquia dos nascimentos com vida não cessa de elevar-se.

Nos primeiros oito anos do presente século as mulheres retardaram a idade média à primeira maternidade em 1,6 anos e tiveram, em 2008, o primeiro filho com a idade de 28,4 anos em média.

É na Região Autónoma dos Açores que as mulheres são mães pela primeira vez mais cedo, sendo a idade média ao nascimento do primeiro filho de 26,3 anos, e é nas Regiões do Centro e de Lisboa e Vale do Tejo que a idade média ao nascimento do primeiro filho é mais tardia, aos 28,7 anos.

Ao analisarmos o Quadro das idades médias ao 1º nascimento e ao nascimento de um filho por NUTS de 1989 e as NUTS de 2002, constata-se que na Região de Lisboa as mulheres têm o primeiro filho, em média aos 28,9 anos ou seja 0,2 anos mais tarde do que em Lisboa e Vale do Tejo. Nas outras duas regiões que diferem na sua constituição, conforme se adopte uma ou outra geografia, Alentejo e Centro, acontece o inverso e as mulheres têm o primeiro filho 0,1 anos mais cedo. O mesmo comportamento se observa para o nascimento de um filho.

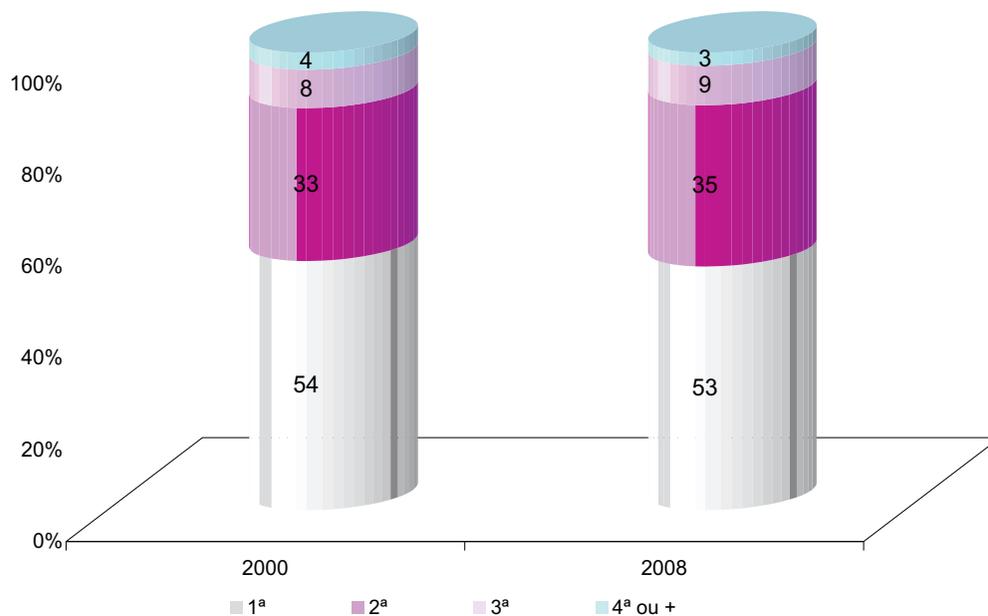
Actualmente, em Portugal, quase 4 nados vivos em cada 10 ocorrem fora do casamento. O significativo acréscimo da proporção dos nados vivos fora do casamento no total dos nascimentos com vida de 23,8% em 2001 para 36,2% em 2008 é outra característica a ressaltar na evolução da fecundidade e permitiu que o indicador se aproximasse do observado na UE (33,0% em 2005). Dentro dos países com informação disponível para 2008 a Grécia ocupa a posição mais fraca (6,5%) e a Suécia confirma a mais elevada (54,6%). Pode afirmar-se, apesar de ligeiras oscilações, que quase todos os países evidenciam uma tendência em alta do fenómeno.

Em Portugal, o aumento dos nascimentos fora do casamento, traduzido através de uma taxa de variação de 41,2% no período em análise, associado com a diminuição do número de casamentos celebrados indicia outras formas de conjugalidade. No mesmo sentido, a subida da importância relativa dos nascimentos fora do casamento com coabitação dos pais confirma a opção dos casais por esta forma de vivência em comum. Os nados vivos fora do casamento observam, assim, uma tendência oposta à do total dos nascimentos.

É sobretudo na região do Algarve (49,9%) e de Lisboa e Vale do Tejo (45,7%) que se encontram as maiores proporções de nascimentos fora do casamento; ao contrário, as percentagens mais baixas situam-se no Norte (26,3 %) e na Região Autónoma dos Açores (26,4%). Estas posições mantêm-se ao longo do período em análise, podendo avançar-se que é nas regiões de alta natalidade que o peso dos nados vivos fora do casamento é superior.

Figura 5

Nados Vivos por Ordem de Nascimento (%), Portugal, 2000 e 2008



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas, 2000 e 2008

Desde 1988 que metade dos nascimentos com vida se reporta ao primeiro filho, importância relativa que se reforçou e atingiu 52,7%, o mesmo valor registado no ano anterior e menos 0,1 pp. do que em 2001. A parte dos nascimentos de segunda ordem acompanha o comportamento da fecundidade, diminuindo quando esta começa a ser insuficiente para assegurar a substituição das gerações, Nota-se, contudo uma ligeira tendência em alta dos nascimentos de segunda ordem no período em análise subindo o seu peso no total dos nascimentos com vida de 34,2% em 2001 para 34,9% em 2008. Desde o final dos anos oitenta que a importância relativa dos nascimentos de terceira ordem representa menos de 10% do total dos nascimentos com vida, não cessa de recuar para se situar em 8,6% no último ano analisado. Os nascimentos de ordem igual ou superior a quatro assumem, nos anos mais recentes, valores muito pouco expressivos próximos aproximam dos 3% (2,9 % em 2008, contra 3,8% em 2001). A evolução da ordem dos nados vivos reflecte, assim, o andamento da curva de fecundidade nos últimos anos.

3. Nupcialidade e divorcialidade

Em 2008, celebraram-se 43 228 casamentos confirmando-se a redução observada durante o período analisado no ano anterior e a taxa bruta de nupcialidade desceu para 4,1‰ (4,4‰ em 2007 e 5,7‰ em 2001).

Quadro 5

Indicadores sobre a Conjugalidade e Divorcialidade, Portugal, 2001-2008								
Indicadores	Anos							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Casamentos	58 390	56 467	53 735	49 178	48 671	47 857	46 329	43 228
Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)	5,7	5,4	5,1	4,7	4,6	4,5	4,4	4,1
Idade média ao 1º casamento (anos)								
Homens	27,8	28,0	28,4	28,6	28,9	29,1	29,4	29,7
Mulheres	26,1	26,4	26,8	27,0	27,3	27,5	27,8	28,1
Idade média ao casamento (anos)								
Homens	29,8	30,0	30,5	30,9	31,3	31,7	32,2	32,6
Mulheres	27,4	27,6	28,2	28,5	28,9	29,2	29,7	30,1
Indicador conjuntural dos 1ºs casamentos								
Homens	0,65	0,64	0,63	0,53	0,52	0,51	0,49	0,44
Mulheres	0,69	0,67	0,67	0,57	0,56	0,55	0,53	0,49
Divórcios	18 851	27 708	22 617	23 161	22 576	22 881	24 968	26 572
Taxa Bruta de Divorcialidade (‰)	1,8	2,7	2,2	2,2	2,1	2,2	2,4	2,5 Po
Idade média ao Divórcio (anos)								
Homens	40,8	40,3	40,5	43,0	41,0	41,4	41,6	
Mulheres	38,2	37,8	39,3	40,4	38,6	39,1	39,3	
Divórcios/Casamento (%)	32,3	49,1	42,1	47,1	46,4	47,8	53,9	61,5
Taxa Bruta de Viuvez (‰)								
Homens	2,7	2,7	2,7	2,5	2,6	2,5	2,6	2,6
Mulheres	6,2	6,2	6,2	5,9	6,1	5,9	6,0	6,0

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2008

Número de divórcios revisto para os anos 2003 e 2004

Importa referir que Portugal observa uma taxa de nupcialidade inferior à da UE cuja média foi estimada em 4,9‰ em 2007⁹. O valor mais elevado é pertença da Roménia (8,8‰) seguido do Chipre (7,5‰) e o mais baixo, da Eslovénia (3,2‰). Com níveis abaixo da média comunitária surgem também Itália (4,2‰), França (4,3‰), Espanha (4,5‰). A Suécia outrora com valores fracos de nupcialidade coerentes com a elevada proporção de nascimentos fora do casamento surge no documento do Eurostat referenciado com um nível de 5,2‰, superior à média comunitária. O facto da Suécia ter a mais forte percentagem de nados vivos fora do casamento da UE27 e que ultrapassa a metade dos nados vivos do país (54,8%) parece indiciar a formalização da vivência em comum acontecimento que se pode provavelmente explicar no âmbito das políticas de incentivos à família.

⁹ Eurostat (2009) - Data in Focus, Population and Social conditions, 31/2009, valores provisórios.

Quadro 6

Casamentos segundo o estado civil anterior (%) Portugal, 2001-2008								
Indicadores	Anos							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Casamentos de mulheres solteiras	91,46	91,89	90,15	89,19	88,40	87,34	85,70	85,26
Casamentos de homens solteiros	89,09	89,16	87,73	86,90	86,02	84,71	83,00	82,71
Casamentos de mulheres viúvas	1,04	0,82	0,93	0,97	0,92	0,95	1,02	0,93
Casamentos de homens viúvos	1,66	1,38	1,42	1,45	1,48	1,41	1,38	1,39
Casamentos de mulheres divorciadas	7,49	7,28	8,92	9,84	10,69	11,71	13,28	13,80
Casamentos de homens divorciados	9,25	9,46	10,85	11,65	12,49	13,88	15,63	15,91

Fonte: INE I.P. Estatísticas Demográficas 2001-2008

A proporção de casamentos de solteiros no total de casamentos diminuiu, tanto para homens como para mulheres. Reforçando a emergência de novos modelos familiares, nomeadamente a reconstituição de famílias, a importância relativa dos casamentos de divorciados continuou a crescer, representando, no final do período em análise, 13,8% entre as mulheres e 15,9% entre os homens. O recasamento de viúvos permanece mais frequente entre os homens (1,4%), com tendência para descer, à semelhança do que ocorre com as mulheres, situação que pode apontar para uma opção de viver em coabitação.

O indicador de primo nupcialidade inverteu o sentido a partir de 1999, tendo apenas 49% das mulheres celebrado o primeiro casamento até aos 50 anos em 2008, valor que baixa para 44% nos homens.

Em Portugal os jovens prosseguem o adiar do casamento. Em 2001, os homens celebraram o primeiro casamento em média, com 27,8 anos, idade que se elevou para os 29,7 anos em 2008. Nas mulheres o adiamento é ligeiramente mais acentuado, com a idade a aumentar dos 25,7 para os 28,1 anos no mesmo período, estreitando-se a diferença entre as idades médias com que homens e mulheres celebram o casamento. A idade média ao casamento revela um comportamento semelhante.

A distribuição regional das idades médias ao primeiro casamento não é uniforme. É no Algarve, Alentejo e em Lisboa e Vale do Tejo que tantos os homens como as mulheres casam pela primeira vez mais tarde, com idades superiores a 30 anos (cerca de 31 em 2008, no caso dos homens e entre os 29 e os 30 anos no caso das mulheres). Ao contrário, é na Região Autónoma dos Açores que os primeiros casamentos ocorrem mais cedo (27,5 anos para os homens e 24,9 para as mulheres em 2008).

Os casamentos tornaram-se menos estáveis, situação bem evidenciada pelo acréscimo contínuo do número de divórcios decretados em Portugal, sobretudo no início do século XXI., e que se traduziu numa variação de 41% no período estudado. Apesar de tudo, o valor máximo da taxa de divorcialidade continua a pertencer ao ano de 2002 (2,7‰), aquando das alterações legislativas que facilitaram a dissolução do casamento por mútuo consentimento, ao instituir a possibilidade de a mesma ser decretada pelas conservatórias do registo civil. Em 2003, a variável retoma a tendência anterior, situando-se, em 2008, a taxa bruta de divorcialidade em 2,5 divórcios por mil habitantes, valor que tende a convergir com a taxa bruta de nupcialidade.

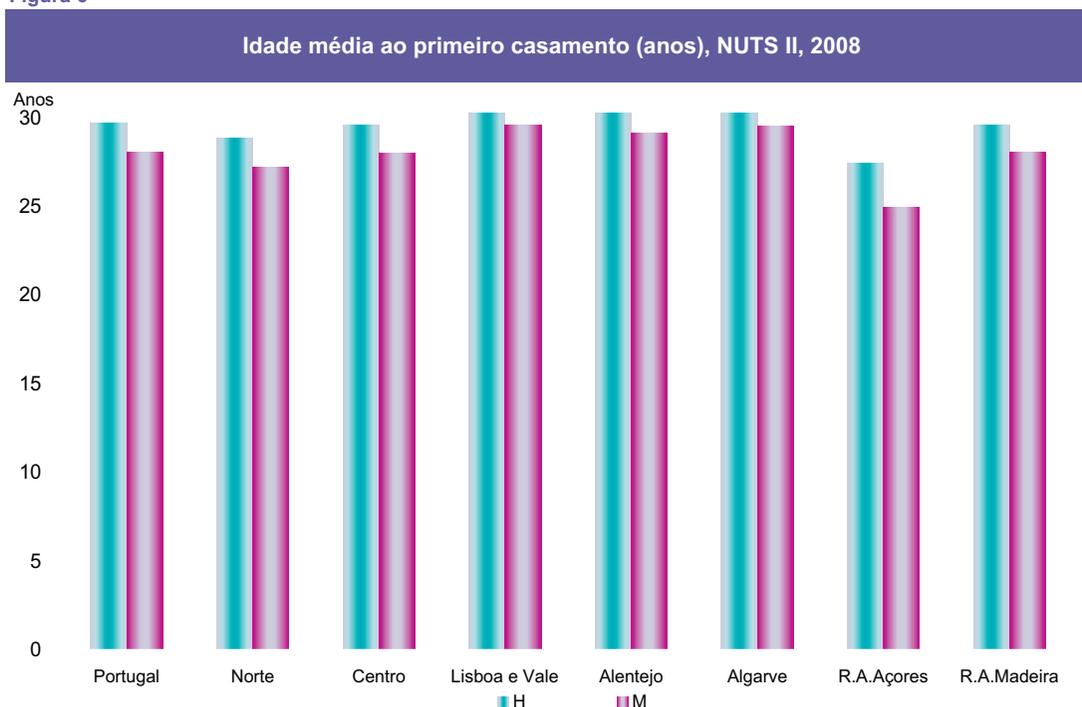
Dentro dos países da União Europeia para os quais existem elementos para 2007¹⁰ a Lituânia (3,4‰), Letónia (3,3‰) ocupam as posições mais elevadas na hierarquia do indicador enquanto a Itália e a Irlanda apresentam os valores mais baixos e iguais a 0,8‰). Portugal, tal como Espanha, regista uma taxa de divórcios que se insere na média comunitária do conjunto dos 25 países, (estimada para 2005 em 2,0 ‰, último ano para o qual se dispõe do indicador agregado) quase multiplicando por três as observadas na Irlanda e na Itália e duplicando a verificada na Grécia.

A idade média ao divórcio tem vindo a aumentar ao longo do período em análise, rondando, em 2007, último ano disponível para esta variável, os 41,6 anos para os homens e os 39,3 para as mulheres, reflectindo a diferença de idades ao casamento. Esta análise, à semelhança do ocorrido com o casamento, deve ter em conta o número de divórcios.

10 Eurostat (2009) - Data in Focus, Population and Social conditions, 31/2009, valores provisórios.

O ratio entre divórcios e casamentos não cessa de aumentar. Enquanto em 2001 por cada 100 casamentos celebrados havia 32 divórcios decretados e, em 2008, a relação ascende a 62.

Figura 6

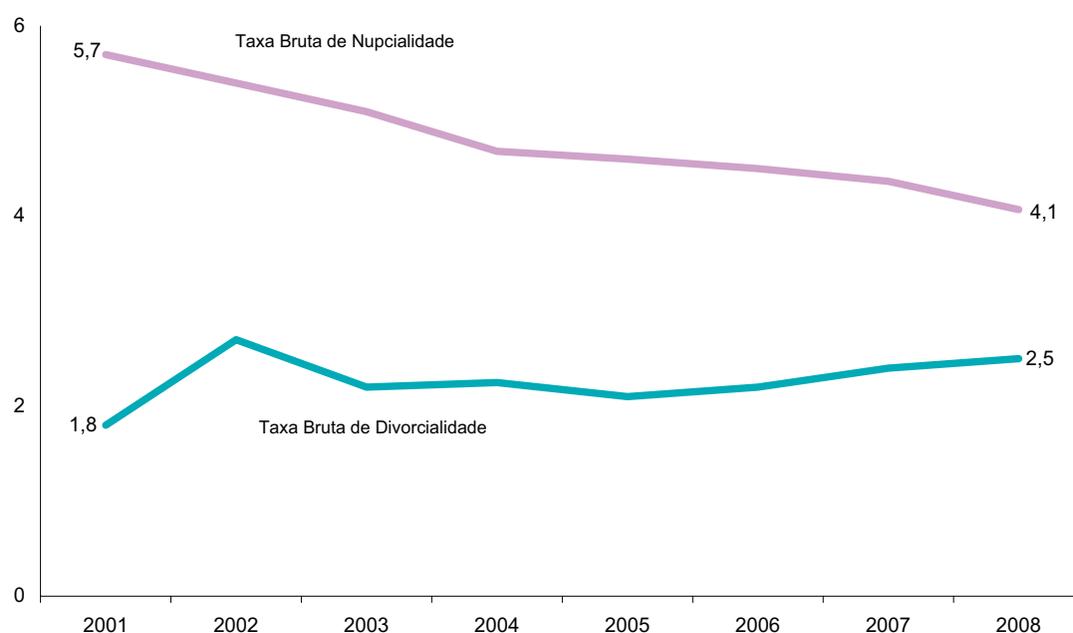


Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas, 2008

As disparidades regionais em termos de formação e dissolução de casamentos perduram. As Regiões Autónomas continuam a deter, em 2008, as taxas de nupcialidade mais elevadas, seguidas do Norte. Os dados de 2007, último ano para o qual a informação relativa às taxas de divorcialidade está disponível, atribuem à Região Autónoma dos Açores (3,1‰) e à Região Autónoma da Madeira (2,9‰) os valores mais expressivos, correspondendo, assim às regiões onde ocorrem as taxas de nupcialidade mais significativas. Seguem-se as regiões de Lisboa e Vale do Tejo (2,6‰) e Algarve (2,5‰), aquelas em que os casamentos se celebram mais tarde. As taxas mais baixas pertenciam ao Centro e ao Alentejo, ambas com 2,1‰. Se considerarmos a geografia com as NUTS 2002, o Centro mantém o valor, mas o Alentejo sobe ligeiramente para 2,3‰, continuando com um nível inferior ao estimado para o país (2,4‰, 2007), enquanto Lisboa ascende a 2,7‰, nível superior a Lisboa e Vale do Tejo.

Figura 7

Taxas brutas de nupcialidade e divorcialidade (‰), Portugal, 2001-2008



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente, 2001 e 2008

4. Mortalidade

É na diminuição da mortalidade e sobretudo no modelo de mortalidade por idades que se encontra a causa explicativa do envelhecimento no topo da pirâmide por idades. De facto os ganhos alcançados tornaram possível a sobrevivência de um número crescente de pessoas idosas.

Na UE esta situação ocorre com a designada primeira transição epidemiológica ligada à rarefacção dos óbitos causadas por doenças infecciosas e que terminou em toda a Europa Ocidental entre 1950 e 1960. A esta transição epidemiológica seguiu-se um novo período de recuo da mortalidade como consequência dos progressos terapêuticos na luta contra as doenças de degenerescência orgânica (cancro e doenças cardiovasculares) e a importância da prevenção em termos de saúde pública.

Portugal, à semelhança da Espanha e da Grécia, na segunda metade do século XX estava afastado de outros países da UE em cerca de 10 anos na esperança de vida. O País recuperou e em quarenta anos ganhou 12,5 anos de vida nos homens e 13,7 anos nas mulheres.

Os anos 70 do século XX foram os anos de grande progresso no campo da mortalidade para os países da comunidade, embora com ritmos diferentes. A baixa da mortalidade implica todo um processo em que interagem os factores biológicos e o ambiente. Por outro lado, muitas doenças tornaram-se crónicas como é caso do Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), causada pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH ou HIV, na sigla inglesa) que enfraquece o sistema imunitário do organismo em que os doentes vivem mais de quinze com a doença, desde que tenham um adequado acompanhamento médico e terapêutico. Recentemente tem-se assistido à morte de doentes em idades mais avançadas¹¹.

¹¹ Sobre esta Temática consultar CAMPOS, Maria dos Anjos, "A mortalidade por VIH/SIDA em Portugal: alterações da estrutura etária" Revista de Estudos Demográficos nº38 pp. 67-78, INE, Lisboa 2006.

Em 2008, registaram-se 104 280 óbitos de residentes em Portugal, mais 0,7% face ao ano anterior.

Quadro 7

Indicadores sobre a Mortalidade e Longevidade, Portugal, 2001-2008								
Indicadores	Anos							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Óbitos	105 092	106 258	108 795	101 932	107 462	101 990	103 512	104 280
<i>Homens</i>	54 838	55 687	55 966	53 201	55 484	53 473	53 378	53 582
<i>Mulheres</i>	50 254	51 003	52 829	48 809	51 978	48 517	50 134	50 698
Relação de masculinidade à morte (%)	109,1	109,2	105,9	109,0	106,7	110,2	106,5	105,7
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	10,2	10,2	10,42	9,7	10,2	9,6	9,8	9,8
Óbitos com menos de um ano	567	574	464	412	386	349	353	340
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	5,0	5,0	4,1	3,8	3,5	3,3	3,4	3,3
Esperança de vida à nascença (anos)								
Homens	73,39	73,68	74,00	74,53	74,90	75,18	75,71	76,06
Mulheres	80,37	80,56	80,57	80,98	81,39	81,75	82,22	82,27
Esperança de vida aos 45 anos (anos)								
Homens	31,78	31,91	31,94	32,26	32,52	32,67	33,02	33,19
Mulheres	36,98	37,13	37,1	37,39	37,69	37,97	38,42	38,45
Esperança de vida aos 65 anos (anos)								
Homens	15,55	15,68	15,68	15,95	16,16	16,31	16,66	16,80
Mulheres	19,01	19,15	19,07	19,30	19,55	19,78	20,17	20,20

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2008. Tábuas Abreviadas para 2005/06; 2006/2007 e 2007/2008 construídas pelas autoras com base na informação disponível no INE sobre óbitos e estimativas de população.

A taxa bruta de mortalidade, embora com algumas flutuações, estabilizou, no período em análise, à volta dos 10 óbitos por mil habitantes (9,8‰ em 2008), valor que se insere na média comunitária (UE27 = 9,7‰ em 2008). A taxa bruta de mortalidade mais elevada situa-se na região do Alentejo (14,8‰) e a mais baixa na região do Norte (8,8‰) em 2008.

Entre os países da UE as taxas mais elevadas encontram-se naquele ano, na Bulgária (14,5‰), Letónia (14,7‰), Lituânia (13,1‰), na Hungria (13,0‰). Ao contrário, as taxas mais baixas (6,4‰) observam-se Irlanda e no Chipre.

Desde 2004 que Portugal observa uma taxa de mortalidade infantil inferior a 4 óbitos com menos de um ano por mil nados vivos, nível que desce para 3,3‰, em 2008 (3,4‰ em 2007), nível inferior à média comunitária, estimada para 2007¹², último valor médio conhecido (UE27 = 4,5‰). De entre os países com informação disponível mais recente¹³, a Roménia (11,0‰) em 2008 e 12,0‰, 2007) e a Bulgária (8,6‰ em 2008 e 9,2‰ em 2007), permanecem com as taxas mais elevadas, surgindo Malta (9,9‰, 2008) com um valor acima do esperado, tendo em conta dados anteriormente divulgados, enquanto Luxemburgo (1,8‰ em 2008 e 2007) e a Suécia (2,5‰ em 2008 e 2007), observam os níveis mais baixos, a que se juntou a Eslovénia, (2,1‰ em 2008 valores provisórios). Grécia e Itália, outrora com níveis inferiores aos portugueses verificam, no presente níveis mais elevados (3,5‰ e 3,8‰ em 2008). Os valores extremamente baixos que o indicador atingiu e o facto de o Eurostat divulgar a informação como provisória aconselham alguma prudência na sua análise anual e podem explicar as mudanças de posicionamento dos países. Como curiosidade pode adiantar-se que os antigos manuais de Demografia referiam que o nível de mortalidade infantil nunca poderia ser inferior a 5‰, pois este era a parte atribuída à componente endógena da mortalidade infantil sobre a qual não se conseguia actuar.

¹² Eurostat (2009) - Data in Focus, Population and Social Conditions, 31/2009, valores provisórios.

¹³ Eurostat (2009) - Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 66/2009

A análise das mortes segundo a nacionalidade do indivíduo revela que os valores não são muito significativos. A variável nacionalidade só em 1996 foi introduzida no verbete de óbito, ano em que se registou a morte de 378 indivíduos com nacionalidade estrangeira e residentes em Portugal, valor que ascendeu a 1 095 em 2001 e a 1 463 em 2008, correspondendo neste ano a 1,4% dos óbitos de residentes em Portugal. Aos indivíduos provenientes dos países africanos de língua portuguesa corresponde a quase totalidade de óbitos de nacionalidade africana. Dentro dos europeus, apesar de não representarem proporções expressivas, as mais elevadas pertencem aos ingleses. Esta constatação confirma as razões diferentes em que se processa a imigração e as idades diferentes em que ocorrem.

Quadro 8

Óbitos de população com nacionalidade estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade, 2001-2008												
Continente / País de Nacionalidade	2001		2002		2005		2006		2007		2008	
	nº	%										
Total de Óbitos	105 092	100,00	106 258	100,00	107 462	100,00	101 990	100,00	103 512	100,00	104 280	100,00
Europa	104 423	99,36	105 587	99,37	106 799	99,38	101 202	99,23	102 732	99,25	103 416	99,17
Portugal	103 996	98,96	105 084	98,90	106 337	98,95	100 737	98,77	102 215	98,75	102 806	98,59
Alemanha	51	0,05	48	0,05	52	0,05	55	0,05	71	0,07	92	0,09
Bélgica	8	0,01	10	0,01	12	0,01	13	0,01	13	0,01	14	0,01
Espanha	66	0,06	71	0,07	66	0,06	69	0,07	73	0,07	80	0,08
França	30	0,03	30	0,03	23	0,02	29	0,03	28	0,03	39	0,04
Itália	13	0,01	11	0,01	11	0,01	18	0,02	14	0,01	22	0,02
Países Baixos	23	0,02	28	0,03	26	0,02	18	0,02	29	0,03	24	0,02
Reino Unido	86	0,08	98	0,09	93	0,09	107	0,10	115	0,11	174	0,17
Moldavia	17	0,02	18	0,02	20	0,02	14	0,01	12	0,01	12	0,01
Roménia	15	0,01	12	0,01	19	0,02	15	0,01	22	0,02	27	0,03
Ucrânia	67	0,06	107	0,10	84	0,08	73	0,07	73	0,07	77	0,07
Rússia	10	0,01	18	0,02	13	0,01	10	0,01	10	0,01	7	0,01
Outros países Europa	41	0,04	52	0,05	43	0,04	44	0,04	57	0,06	42	0,04
África	533	0,51	510	0,48	492	0,46	556	0,55	560	0,54	622	0,60
Angola	111	0,11	102	0,10	108	0,10	128	0,13	104	0,10	138	0,13
Cabo Verde	271	0,26	261	0,25	221	0,21	260	0,25	278	0,27	285	0,27
Guiné Bissau	81	0,08	71	0,07	95	0,09	52	0,05	48	0,05	70	0,07
Moçambique	28	0,03	33	0,03	21	0,02	23	0,02	28	0,03	39	0,04
S.Tomé e Príncipe	30	0,03	24	0,02	26	0,02	32	0,03	34	0,03	46	0,04
Total dos PALPS	521	0,50	491	0,46	471	0,44	495	0,49	492	0,48	578	0,55
Outros Países	12	0,01	19	0,02	21	0,02	61	0,06	68	0,07	44	0,04
América	101	0,10	129	0,12	132	0,12	159	0,16	156	0,15	187	0,18
Brasil	69	0,07	97	0,09	92	0,09	113	0,11	117	0,11	152	0,15
Outros Países da América	32	0,03	32	0,03	40	0,04	46	0,05	39	0,04	35	0,03
Ásia e Oceania	34	0,03	32	0,03	35	0,03	34	0,03	41	0,04	44	0,04
China	4	0,00	5	0,00	4	0,00	7	0,01	8	0,01	6	0,01
Outros Países Ásia e Oceania	30	0,03	27	0,03	31	0,03	27	0,03	33	0,03	38	0,04
País Desconhecido/Apátrida	0	0,00	0	0,00	1	0,00	39	0,04	20	0,02	11	0,01
Total de óbitos de residentes estrangeiros	1 095	0,82	1 174	0,92	1 121	1,05	1 214	1,20	1 274	1,25	1 463	1,40

Fonte: INE I.P. Estatísticas Demográficas 2000-2008 (cálculo das autoras)

As doenças do aparelho circulatório (32,4%), os tumores/neoplasias (23,0%) e os sintomas, sinais e resultados anormais (10,6%) mantêm-se as principais causas de morte¹⁴, registadas em 2008. Entre as doenças do aparelho circulatório, as cerebrovasculares continuam a ser a primeira causa de morte em Portugal. Os problemas de hipertensão, os níveis elevados de colesterol, os hábitos alimentares e os estilos de vida incluindo a sedentarização, explicam a importância que estas causas de morte assumem quando comparadas com os países da UE. As doenças cerebro-vasculares (14,0% do total das mortes) representam quase o dobro das cardiopatias isquémicas (7,5%), afectam principalmente as mulheres e têm a maior expressão nas idades avançadas, ocorrendo 42% a partir dos 65 anos. Em 2008, a importância relativa da morte devida à referida causa continuou a progredir e assume particular relevância entre os homens a partir dos 50 anos sendo praticamente o dobro da ocorrida nas mulheres. A situação inverte-se a partir dos 75 anos de idade, quando a sobremortalidade feminina se torna fortemente gravosa, traduzindo a maior longevidade da mulher. Pode afirmar-se que as doenças cérebro vasculares, à semelhança das doenças isquémicas, pneumonia, doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas e as doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos estão particularmente associadas ao envelhecimento.

Quadro 9

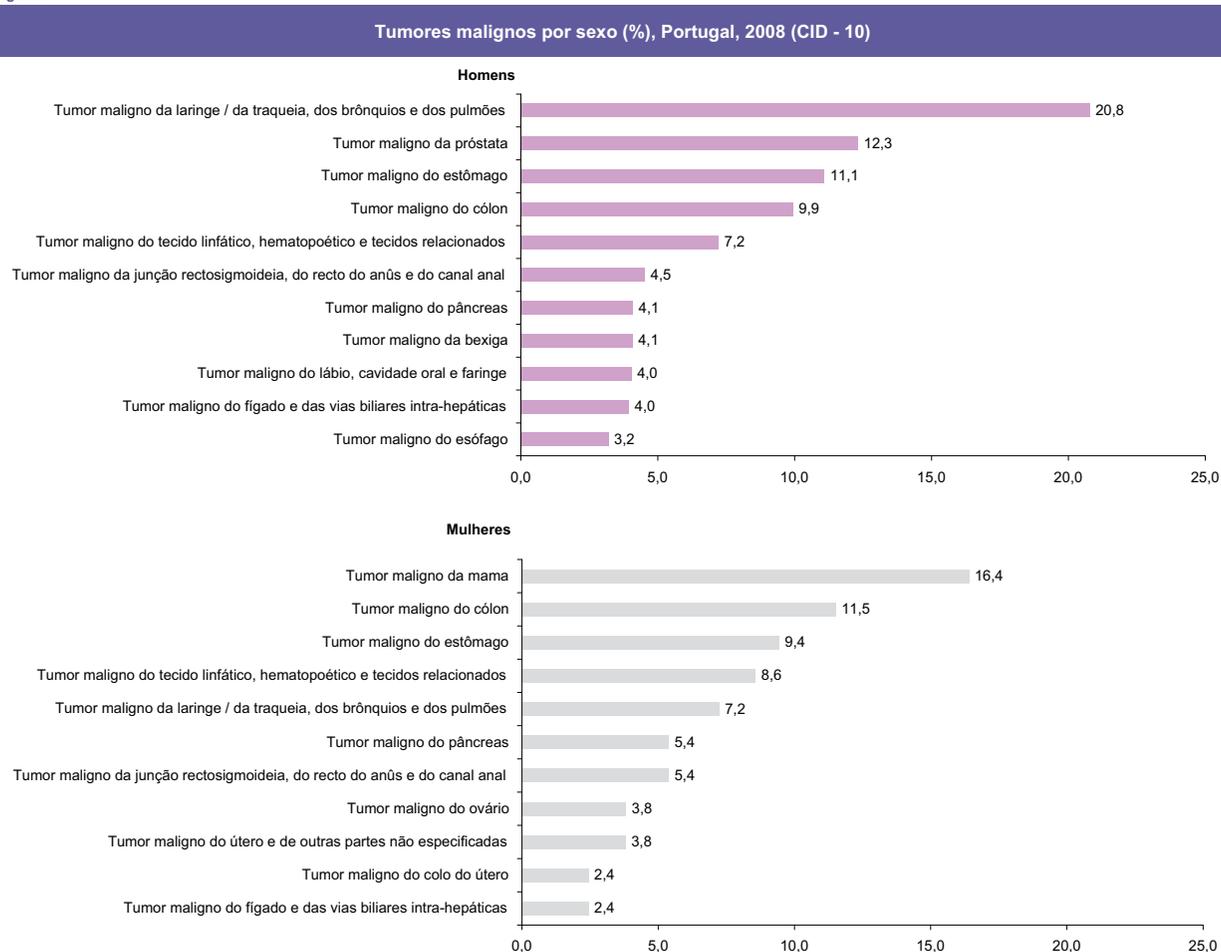
Principais causas de morte em Portugal (em percentagem do total de óbitos), 2002 - 2008													
Causas de Morte	CID - 10	2002 (%)			2006 (%)			2007 (%)			2008 (%)		
	Lista Europeia	HM	H	M									
Tuberculose	2	0,3	0,5	0,1	0,2	0,3	0,1	0,2	0,3	0,2	0,2	0,3	0,1
Doenças pelo vírus da imunodeficiência humana (VIH)	4	0,9	1,5	0,3	0,7	1,1	0,3	0,8	1,2	0,3	0,7	1,0	0,3
Tumores Malignos	7	20,9	23,7	17,8	21,7	24,9	18,2	22,6	26,0	19,0	23,0	26,7	19,1
Tumor maligno do esófago	9	0,5	0,8	0,2	0,5	0,8	0,2	0,5	0,8	0,1	0,5	0,9	0,2
Tumor maligno do estômago	10	2,4	2,8	1,9	2,2	2,6	1,8	2,3	2,7	1,9	2,4	3,0	1,8
Tumor maligno do colon	11	2,1	2,2	1,9	2,4	2,5	2,1	2,4	2,7	2,1	2,4	2,7	2,2
Tumor maligno da laringe, traqueia, brônquios e pulmões	15	3,2	5,0	1,2	3,5	5,5	1,3	3,6	5,8	1,4	3,5	5,6	1,4
Tumor maligno da mama feminina	17	1,5	0,0	3,0	1,4	0,0	3,0	1,5	0,0	3,1	1,5	0,0	3,1
Tumor maligno da próstata	21	1,6	3,1	0,0	1,6	3,1	0,0	1,7	3,2	0,0	1,7	3,3	0,0
Tumor maligno do tecido linfático, hematopoético e tecidos relacionados	24	1,7	1,7	1,6	1,7	1,7	1,6	1,8	1,8	1,7	1,8	1,9	1,6
Diabetes Mellitus	27	4,2	3,3	5,1	3,7	3,1	4,3	4,2	3,7	4,9	4,1	3,5	4,8
Doenças do Aparelho Circulatório	33	38,4	33,6	43,7	32,2	27,6	37,3	33,1	28,6	37,9	32,4	28,0	37,1
Cardiopatias Isquémicas	34	8,9	9,4	8,4	7,5	7,8	7,3	7,8	8,0	7,6	7,5	7,7	7,2
Outras doenças cardíacas	35	6,6	5,3	8,0	5,8	4,4	7,2	5,8	4,5	7,1	5,8	4,5	7,2
Doenças cerebro-vasculares	36	18,3	15,2	21,8	14,2	11,7	16,9	14,5	12,1	16,9	14,0	11,7	16,4
Pneumonia	39	3,3	3,4	3,2	4,9	5,1	4,7	4,5	4,5	4,4	4,9	4,8	5,0
Doenças crónicas das vias aéreas inferiores	40	2,5	3,2	1,8	2,2	2,8	1,6	2,5	3,3	1,8	2,5	3,2	1,8
Doenças Crónicas do Fígado	44	1,6	2,2	0,9	1,3	1,9	0,7	1,4	2,1	0,7	1,3	1,9	0,7
Sintomas, Sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório/classificados em outra parte	55	9,4	8,3	10,7	12,4	11,9	12,9	11,2	10,7	11,8	10,6	10,1	11,1
Outras Causas de Morte		18,4	20,4	16,3	20,6	21,2	19,9	19,3	19,7	19,0	20,2	20,4	20,0
TOTAL DE ÓBITOS		100,0											
Acidentes de transporte	60	38,7	41,2	31,7	24,8	27,0	19,0	26,5	29,8	19,0	23,5	26,1	17,8
Lesões autoprovocadas intencionalmente	63	21,1	22,4	17,5	19,1	20,8	15,0	22,9	24,2	19,9	22,8	25,5	17,0
Outras Causas de Morte Externas	58	40,2	36,4	50,9	56,1	52,2	66,0	50,6	46,0	61,1	53,7	48,4	65,2
TOTAL CAUSAS EXTERNAS DE MORTALIDADE		100,0											

Fonte: INE, I.P. Estatísticas da Saúde 2002 -2008 (cálculos das autoras)

Entre os tumores malignos, em 2008, o da laringe, da traqueia, dos brônquios e dos pulmões ocupa o primeiro lugar como causa de morte nos homens (20,8%) seguido do tumor da próstata (12,3%). Idêntica hierarquia é reservada, nas mulheres, ao tumor maligno da mama (16,4%) e ao do cólon, recto e ânus (11,8%). O tumor do estômago verifica um peso superior nos homens (11,1%) ao das mulheres (9,9%), e detém, em ambos os casos, a terceira posição.

14 Com base na 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID 10), em vigor em Portugal desde 2002.

Figura 8



A quase totalidade das mortes devidas às doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos observa-se nas pessoas idosas e, em particular nas mais idosas. As mortes provocadas pela diabetes mellitus ocorrem essencialmente nas idades superiores a 74 anos e sobretudo nas mulheres. Situação idêntica verifica-se com a doença de Alzheimer.

As mortes atribuídas aos tumores malignos da laringe, traqueia, brônquios e pulmões, para os homens, e o da mama, para as mulheres, evidenciam um aumento contínuo no período de 2002 a 2008, tal como as doenças cérebro vasculares em qualquer dos sexos, com maior incidência nas mulheres. Bem como os sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratórios não classificados em outra parte (55 -CID 10 Lista Europeia).

Em 2008, registaram-se 1 184 óbitos por acidente de transporte (CID-10, Lista Europeia, classe 60) concentrando-se praticamente metade no grupo etário dos 15-39 anos, e em particular na faixa etária entre os 20 e os 29 anos.

Quadro 10

Óbitos causados por Acidentes de transporte (CID 10), Portugal, 2002 - 2008																						
Idades	2002			2003			2004			2005			2006			2007			2008			
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M										
15-19	158	130	28	110	82	28	121	94	27	108	90	18	65	51	14	53	36	17	62	47	15	
20-24	242	209	33	241	207	34	211	177	34	154	128	26	108	95	13	99	79	20	126	107	19	
25-29	233	195	38	195	157	38	193	170	23	120	99	21	104	87	17	95	84	11	120	111	9	
30-34	177	155	22	158	139	19	147	123	24	109	92	17	78	67	11	87	72	15	97	82	15	
35-39	160	143	17	146	120	26	127	115	12	104	89	15	104	81	23	68	61	7	80	70	10	
15-39	970	832	138	850	705	145	799	679	120	595	498	97	459	381	78	402	332	70	485	417	68	
Total	2 220	1 739	481	1 997	1 561	436	1 760	1 385	375	1 373	1 092	281	1 149	896	253	1 070	0 815	255	1 184	926	258	
Em percentagem																						
15-19	100,0	82,3	17,7	100,0	74,5	25,5	100,0	77,7	22,3	100,0	83,3	16,7	100,0	78,5	21,5	100,0	67,9	32,1	100,0	75,8	24,2	
20-24	100,0	86,4	13,6	100,0	85,9	14,1	100,0	83,9	16,1	100,0	83,1	16,9	100,0	88,0	12,0	100,0	79,8	20,2	100,0	84,9	15,1	
25-29	100,0	83,7	16,3	100,0	80,5	19,5	100,0	88,1	11,9	100,0	82,5	17,5	100,0	83,7	16,3	100,0	88,4	11,6	100,0	92,5	7,5	
30-34	100,0	87,6	12,4	100,0	88,0	12,0	100,0	83,7	16,3	100,0	84,4	15,6	100,0	85,9	14,1	100,0	82,8	17,2	100,0	84,5	15,5	
35-39	100,0	89,4	10,6	100,0	82,2	17,8	100,0	90,6	9,4	100,0	85,6	14,4	100,0	77,9	22,1	100,0	89,7	10,3	100,0	87,5	12,5	
15-39	100,0	85,8	14,2	100,0	82,9	17,1	100,0	85,0	15,0	100,0	83,7	16,3	100,0	78,0	22,0	100,0	82,6	17,4	100,0	86,0	14,0	
Total	100,0	78,3	21,7	100,0	78,2	21,8	100,0	78,7	21,3	100,0	79,5	20,5	100,0	78,0	22,0	100,0	76,2	23,8	100,0	78,2	21,8	

Fonte: INE, I.P. Estatísticas da Saúde 2002 -2008 (cálculos das autoras)

Não é possível com base no registo das Estatísticas de Saúde, fonte de informação, para o estudo do fenómeno da mortalidade apurar os óbitos causados por acidentes em veículos de duas rodas e se a morte ocorre enquanto condutores ou como passageiros.

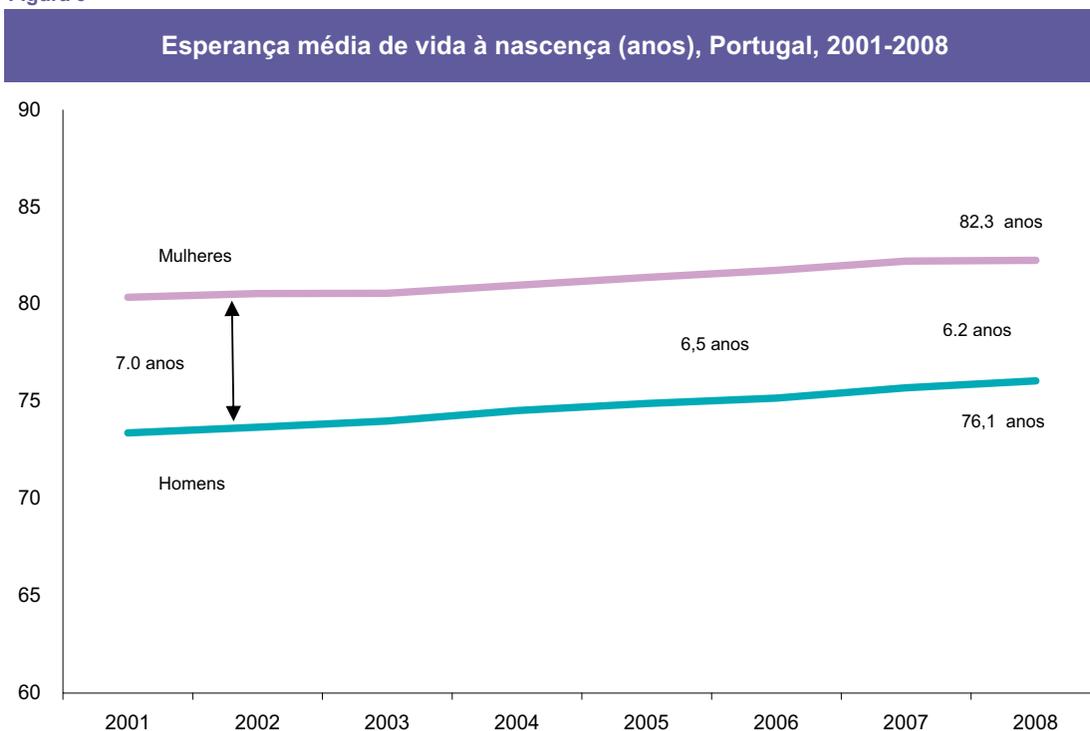
5. Esperança de vida

A análise de tábuas de mortalidade sucessivas permite identificar o avanço no campo da esperança de vida. Entre 2000 e 2008 a esperança de vida à nascença aumentou em Portugal 2,7 anos para os homens e 1,9 anos para as mulheres e situou-se em 75,7 anos e 82,2 respectivamente, valores acima da média europeia¹⁵ (74,7 anos nos homens e 81,5 anos nas mulheres em 2007) e que o colocam num lugar intermédio tanto para os homens como para as mulheres.

O ritmo de crescimento da longevidade, no período em análise, foi mais rápido entre os homens (3,1%) do que entre as mulheres (2,3%), provocando o atenuar do fenómeno da sobremortalidade masculina, à semelhança do verificado em outros países.

¹⁵ Eurostat (2009) - Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 66/2009

Figura 9



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente, 2001-2007. Tábuas Abreviadas para 2005/06, 2006/2007 e 2007/2008 construídas pelas autoras com base na informação disponível no INE sobre óbitos e estimativas de população.

Actualmente, estima-se que os homens que atinjam os 50 anos de idade vivam ainda mais 28,9 anos, enquanto as mulheres que alcancem a mesma idade podem esperar viver mais 33,8 anos enquanto os homens que atinjam os 60 de idade vivam ainda mais 20,6 anos e as mulheres que alcancem a mesma idade podem esperar viver mais 24,6 anos. Comparativamente ao início período, tanto homens como mulheres que atingiram aquelas idades ganham sensivelmente o mesmo número de anos de vida, que no caso dos 50 anos se traduz por mais cerca de 1,4 anos, e no caso dos 60 anos se reflecte no ganho de um ano. Se análise for feita com mais rigor, na casa das centésimas, a situação é ligeiramente mais favorável para os mulheres, em especial à idade dos cinquenta anos. Os valores analisados para Portugal são deduzidos das tábuas de mortalidade abreviadas¹⁶, assentes em média de óbitos de dois para minimizar os efeitos das oscilações anuais dos óbitos.

Com o alargamento da Europa Comunitária aumenta a amplitude da esperança de vida observando-se os valores mais elevados, para os homens, na Suécia (78,8 anos) e para as mulheres em Espanha e França ambos com 83,8 anos. Os níveis mais baixos são pertença da Letónia, Estónia, Lituânia e Hungria, e ainda muito afastados dos 70 anos no caso dos homens e dos 78 anos para as mulheres (excepto a Lituânia que tem 77,8 anos).

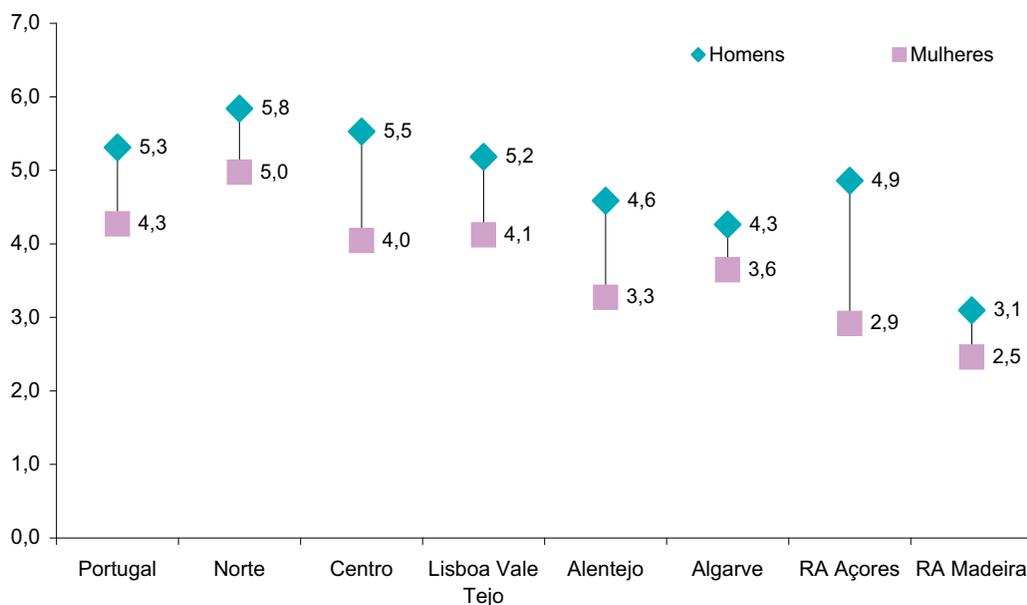
O aumento da longevidade tende a atenuar-se à medida que os ganhos em termos de anos de vida progridem. Esta evolução estendeu-se a todas as regiões NUTS II do país, embora com diferente intensidade. É no Centro que tanto homens como mulheres viviam em média, em 2007/2008, o maior número de anos (76,8 anos e 82,5 anos, respectivamente). Ao contrário, é na Região Autónoma da Madeira que em média se vive menos, mas os homens conseguiram ultrapassar os setenta anos (70,4 anos) enquanto as mulheres alcançam os 79,3 anos de vida média.

Os maiores ganhos em termos de esperança média de vida observaram-se, entre 1991 e 2008, no Norte e quantificaram-se em 5,8 anos para os homens e 5,0 anos para as mulheres. Em oposição, os menores ganhos ocorreram na Região Autónoma da Madeira (3,1 anos nos homens e 2,5 anos nas mulheres). Para o mesmo período o país registou uma subida de 5,3 anos e 4,3 anos, para homens e mulheres, respectivamente.

¹⁶ Sobre a Metodologia de cálculo de tábuas abreviadas consultar CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes "Tábuas de Mortalidade em Portugal", Revista Estudos Demográficos nº 36, pp. 41-70, INE, Lisboa, 2004.

Figura 10

Ganhos em esperança de vida à nascença (anos), NUTS II, 1991-2008



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente. Tábuas Abreviadas para 2005/06, 2006/2007 e 2007/2008 construídas pelas autoras com base na informação disponível no INE sobre óbitos e estimativas de população.

O aumento de longevidade tende a atenuar-se à medida que os ganhos de vida progridem. Esta evolução é transversal a todas as NUTS II.

O excesso de mortalidade masculina, designado como sobremortalidade masculina está bem visível na análise da mortalidade para cada sexo e idades. O excesso de mortalidade masculina face à mortalidade feminina, expresso através da relação da sobremortalidade, cresce desde a nascença e atinge o valor máximo no ano de 2008 na idade exacta dos 25 anos, idade em que o risco de morte é praticamente igual a três homens por cada mulher. O rácio desce gradualmente com o avanço da idade, permanecendo triplo até à idade dos 35 anos. Aos 75 anos o risco de morte dos homens é praticamente metade do observado aos 20 anos.

As razões desta longevidade são conhecidas e prendem-se com a maior protecção hormonal que a mulher possui até atingir a menopausa. Os avanços na medicina e a adopção de tratamentos hormonais de substituição, eventualmente podem conferir uma posição favorável às mulheres que contrabalança todas as situações de stress, provocadas pela sua maior participação no mercado de trabalho, envolvimento em acidentes de veículos a motor e a adopção de comportamentos de risco semelhantes aos dos homens, no que se refere ao consumo de álcool e tabaco.

Estima-se, ainda, que os homens que atinjam os 65 anos vivam, em média, mais cerca de 16 anos enquanto que a vida média esperada das mulheres que chegam à mesma idade, sobe para cerca de 20 anos. Os homens que atingem os 80 anos podem viver mais um ano do que em 1991, as mulheres conseguiram um ganho mais modesto (0,9 anos)

Espera-se que em 2008, de 100 000 nados vivos, só 93 506 homens (93 048 em 2007) alcancem a idade exacta dos 50 anos, número substancialmente inferior ao das mulheres que sobrevivem à mesma idade (97 041).

De ressaltar que o número de homens sobreviventes aos 80 anos (48 880), em 2008 permanece abaixo ao número de mulheres sobreviventes à mesma idade em 1991/92 e em 2000/01, iguais respectivamente a 56 270 e 63 051, com a disparidade a atenuar-se, em particular nos últimos anos do período analisado.

Quadro 11

Esperança de vida (em anos) e níveis de sobrevivência às diversas idades, Portugal, 2000-2008												
Anos	e ₀ anos		e ₂₀		e ₅₀		e ₆₀		e ₇₀		e ₈₀	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Esperança de vida (ex)												
2000/01	73,39	80,37	54,38	61,08	27,49	32,35	19,29	23,32	12,15	14,92	6,81	8,17
2001/02	73,68	80,56	54,61	61,25	27,63	32,50	19,43	23,45	12,27	15,03	6,86	8,18
2002/03	74,00	80,57	54,81	61,24	27,67	32,45	19,46	23,40	12,26	14,94	6,75	8,01
2003/04	74,53	80,98	55,26	61,58	27,97	32,73	19,75	23,66	12,46	15,16	6,86	8,14
2004/05	74,90	81,39	55,61	61,92	28,20	33,02	19,99	23,93	12,63	15,40	6,98	8,31
2005/06	75,18	81,75	55,86	62,24	28,35	33,29	20,17	24,17	12,78	15,61	7,04	8,43
2006/07	75,71	82,22	56,34	62,71	28,71	33,72	20,51	24,58	13,11	15,97	7,29	8,71
2007/08	76,06	82,27	56,63	62,76	28,85	33,77	20,64	24,63	13,19	15,99	7,26	8,66
Anos	I ₀ anos		I ₂₀		I ₅₀		I ₆₀		I ₇₀		I ₈₀	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Número de sobreviventes (lx)												
2000/01	100 000	100 000	98 518	99 056	90 712	96 082	83 887	92 750	69 484	85 110	41 301	63 051
2001/02	100 000	100 000	98 609	99 092	90 976	96 173	84 174	92 898	69 948	85 413	42 063	63 939
2002/03	100 000	100 000	98 789	99 112	91 478	96 307	84 648	93 035	70 539	85 661	42 642	64 334
2003/04	100 000	100 000	98 921	99 206	92 010	96 563	85 328	93 384	71 707	86 224	44 177	65 637
2004/05	100 000	100 000	98 959	99 297	92 359	96 755	85 653	93 672	72 470	86 699	45 216	66 767
2005/06	100 000	100 000	99 007	99 361	92 622	96 934	85 842	93 986	72 871	87 230	46 115	67 921
2006/07	100 000	100 000	99 090	99 374	93 048	97 045	86 398	94 212	73 660	87 771	47 745	69 356
2007/08	100 000	100 000	99 182	99 370	93 506	97 041	86 912	94 197	74 439	87 920	48 880	69 813

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001 - 2007; Tábuas Abreviadas para 2005/06, 2006/2007 e 2007/2008 construídas pelas autoras com base na informação disponível no INE sobre óbitos e estimativas de população.

6. As migrações e a população estrangeira

O contributo das migrações na dinâmica do crescimento da população depende do sentido, das características que revelam e da sua duração. Desde 1993 que o saldo migratório é a principal componente do acréscimo populacional em Portugal.

Podem distinguir-se dois tipos de impacte dos migrantes na população de acolhimento. Um, que actua nos comportamentos demográficos de fenómenos como a fecundidade, modelos familiares e mortalidade, para o qual contribuem os imigrantes que permanecem há mais tempo no país. Outro, e este mais imediato, incide sobre as estruturas da população ou seja na repartição por sexo e idades e são obra dos imigrantes recentes. Estas diferenças explicam-se pelos motivos que determinam a saída dos países de origem e que se prendem maioritariamente a motivos de natureza económica.

A população estrangeira de acordo com os Censos de 2001 é mais jovem do que a população nacional, e concentra-se na faixa da população em idade activa. Ora, esta é precisamente a população mais afectada pela emigração portuguesa, o que pode atenuar o efeito sobre a estrutura da população em idade activa.

A repartição por sexos da população estrangeira difere da população nacional na qual as mulheres são supranumerárias, como resultado da sua maior longevidade. Ao contrário, os homens predominam na população de nacionalidade estrangeira fruto provável da sua maior representatividade no processo migratório, sobretudo entre as populações não comunitárias. De facto, no início, as migrações por natureza económica são sobretudo masculinas. Em fase posterior, ocorre o reagrupamento familiar e os fluxos migratórios tendem para um maior equilíbrio na repartição por sexos. No entanto, nos anos mais recentes a relação de feminilidade desta população tem aumentado.

As migrações afectam a estrutura por sexo e por idades de uma população, quer de um modo directo, pela repercussão nos efectivos da população de origem e na de acolhimento, quer de um modo indirecto, pela transferência de nascimentos que podem ter associadas. Este aspecto está bem evidenciado nas pirâmides etárias da população residente total e da população estrangeira residente em Portugal.

A avaliação das migrações internacionais e internas em Portugal apresenta dificuldades particulares, na medida em que não existe um registo directo e exaustivo dos respectivos acontecimentos.

As migrações são no presente o principal factor a influenciar a variação das populações dos países desenvolvidos, devido aos diminutos saldos naturais alcançados, e Portugal como se mostrou não é excepção. A quantificação do fenómeno torna-se, assim, cada vez mais exigente.

Quadro 12

População estrangeira com residência legalizada em Portugal, 2001-2008

Continente / País de Nacionalidade	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 *
Total	223 997	238 929	249 995	263 322	274 631	332 137	401 612	436 020
<i>Homens</i>	125 958	132 663	137 607	143 319	147 980	181 910	219 765	228 289
<i>Mulheres</i>	98 039	106 266	112 388	120 003	126 651	150 227	181 847	207 731
Europa	67 127	72 229	77 124	83 687	88 781	124 901	168 124	166 025
Alemanha	11 167	11 878	12 539	13 097	13 622	13 870	15 498	8 187
Bélgica	2 278	2 434	2 552	2 654	2 741	2 798	3 091	1 560
Espanha	13 645	14 599	15 281	15 874	16 398	16 611	18 030	7 220
França	7 817	8 377	8 841	9 247	9 589	9 737	10 556	4 576
Itália	3 380	3 771	4 185	4 569	4 821	4 954	5 985	3 915
Moldávia	45	97	270	1 048	1 390	7 459	11 414	21 067
Países Baixos	4 460	4 812	5 102	5 347	5 658	5 869	6 589	4 360
Reino Unido	14 953	15 903	16 860	17 976	19 005	19 761	23 608	15 371
Roménia	508	615	764	1 219	1 564	5 446	17 200	26 425
Rússia	596	699	858	1 155	1 342	3 375	4 523	6 181
Suécia	1 317	1 371	1 405	1 456	1 500	1 521	1 649	0 699
Suiça	1 407	1 472	1 555	1 617	1 662	1 692	1 827	1 011
Ucrânia	203	299	525	1 551	2 120	22 846	34 240	52 472
Outros Países Europa	5 351	5 902	6 387	6 877	7 369	8 962	13 914	12 981
África	107 309	114 399	117 954	121 584	124 541	129 806	138 337	125 671
Angola	22 751	24 782	25 616	26 517	27 533	28 856	30 431	27 307
Cabo Verde	49 845	52 223	53 434	54 788	55 608	57 369	61 110	50 887
Guiné Bissau	17 791	19 227	20 041	20 511	20 935	21 170	22 174	23 842
Moçambique	4 725	4 864	4 916	4 953	5 029	5 156	5 403	3 347
S. Tomé e Príncipe	6 304	6 968	7 279	7 828	8 198	8 874	9 736	11 402
Total dos Palps	101416	108064	111 332	114 597	117 303	121 423	128 854	116 785
Outros Países África	5 893	6 335	6 668	6 987	7 238	8 383	9 483	8 886
América	39 018	40 535	42 509	44 879	47 624	58 708	72 387	115 549
América Norte	10 183	10 138	10 116	10 108	10 080	10 122	10 228	3 180
EUA	8 023	8 000	7 998	7 986	7 985	8 020	8 097	2 228
América Central e do Sul	28 835	30 397	32 393	34 771	37 544	48 586	62 159	112 369
Brasil	23 422	24 762	26 508	28 730	31 500	42 319	55 665	106 704
Venezuela	3 508	3 520	3 517	3 458	3 308	3 209	3 177	2 362
Ásia	9 724	10 938	11 565	12 331	12 837	17 870	21 902	28 425
China	3 953	4 529	4 810	5 278	5 551	8 081	9 689	13 313
Índia	1 360	1 525	1 612	1 686	1 749	2 611	3 538	5 457
Japão	800	818	838	851	864	868	896	361
Paquistão	1 034	1 194	1 279	1 344	1 380	1 779	2 092	2 729
Oceânia	537	545	557	554	558	563	572	264
Austrália	476	483	489	486	489	491	497	224
Outros Países Ásia e Oceânia	2 577	2 872	3 026	3 172	3 293	4 496	5 687	6 565
Apátridas e Desconhecida	282	283	286	287	290	289	290	86

Fonte:Ministério da Administração Interna / Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (MAI/SEF)

* Dados disponíveis em Junho de 2009

Notas: Por comparação com o ano de 2005 verificou-se, em 2006 e 2007, um incremento no número de solicitações de autorização de residência, o que concorreu para um acréscimo do número de titulares de autorização de residência. Este aumento teve como principal motivo a possibilidade de conversão das autorizações de permanência e dos vistos de longa duração em autorizações de residência. Esta situação decorre da emissão de títulos de residência ao abrigo do art.87º, alínea m do Decreto-Lei 244/98 de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 34/2003 de 25/Fevereiro, mas também do Artº 217º, nº 1 da Lei 23/2007 de 4 de Julho.

As entradas provenientes do estrangeiro têm duas componentes, uma a de indivíduos com nacionalidade estrangeira e outra de indivíduos com nacionalidade portuguesa, normalmente designados como regresso de emigrantes. Segundo os Censos 2001, confirma-se que esta última componente continua a ser relevante e atinge cerca de 60% do total dos indivíduos recenseados em Portugal e que declararam residir no estrangeiro em 1995, perde peso e corresponde a 51 % das entradas ocorridas posteriormente a 1999. Estas duas populações, de nacionalidade portuguesa e estrangeira apresentam estruturas por sexo e idades diferentes e consequentemente provocam efeitos também diferentes, pois os motivos que as conduzem são igualmente diversos¹⁷.

17 Sobre esta temática ver MAGALHÃES, Maria da Graça "Migrações Inter NUTS II e Projecções Regionais de População Residente" Revista Estudos Demográficos nº 36, pp. 61-72, INE, Lisboa, 2004.

A população estrangeira com residência legalizada em Portugal no final do ano de 2008, e de acordo com a informação facultada pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) ascendia a 436 020 indivíduos (401 612 em 2007) ou seja uma variação positiva de 8,6%, repartida por 3,9% nos homens e 10,7% nas mulheres, comparativamente ao ano anterior. Se àqueles titulares de residência legalizada se adicionarem as prorrogações de vistos de longa duração (4 257) facultadas pelo SEF e os vistos de longa duração concedidos pela Direcção Geral dos Assuntos Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros (2 825) o número de estrangeiros a residir ou permanecer de forma legal no país sobe, em 2008, para 443 102 indivíduos. Na interpretação deste quantitativo, ligeiramente inferior ao do ano anterior, deve ter-se em conta a entrada em vigor do novo enquadramento legal através da Lei nº 23/2007, de 4 de Julho e do Decreto regulamentar nº 84/2007 de 5 de Novembro bem como o diferente apuramento da informação, feito pela primeira vez, em 2008 e directamente do Sistema Integrado de **Informação** (SII/SEF), factos que podem dificultar a compatibilidade dos dados com anos anteriores.

O acréscimo do número de solicitações de autorização de residência verificado em 2008 (72 826 títulos concedidos em 2008 contra 60 117 em 2007) resultou da aplicação da Lei nº 23/2007, artigo 217º, anteriormente referida, que permitiu a conversão de todos os tipos de vistos de longa duração e de autorizações de permanência em autorizações de residência. Outro aumento significativo do número de solicitações de autorização de residência ocorreu, igualmente, em 2006 e 2007, face a 2005, decorrente da emissão de títulos de residência ao abrigo do art.87º, alínea *m* do Decreto-Lei 244/98, de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 34/2003 de 25 de Fevereiro, mas também do art.º 217º, nº 1 da Lei 23/2007, de 4 de Julho, que possibilitaram a passagem das autorizações de permanência e dos vistos de longa duração em autorizações de residência.

No que se refere às regiões de origem, constata-se que a grande maioria dos estrangeiros continua a ser de origem africana de língua portuguesa (PALP), proporção que depois dos acréscimos observados nos anos noventa do século passado se reduziu no período estudado, para se situar em 26,8% em 2008 (32,1%, em 2007 e 45,1% em 2001). A população cabo-verdiana (11,7%) cedeu a posição cimeira à população brasileira que passou a deter, em 2008, a parte mais significativa da população estrangeira com residência legalizada em Portugal (24,5%). Idêntica evolução se nota em todas as nacionalidades que integram o conjunto dos países africanos de língua portuguesa, e nos quais a nacionalidade angolana (6,3%) ocupa a segunda posição mais relevante. Para o mesmo ano destacam-se, ainda, como nacionalidades mais representativas as da Ucrânia (12,0%) Roménia (6,1%), Moldávia (4,8%), Guiné-Bissau (5,5%) e China (3,1%).

Da Europa tiveram origem 38,1% dos indivíduos estrangeiros a residir legalmente em Portugal em 2008, representando uma variação negativa de -1,26% embora se tenha observado uma variação positiva de 12,9% entre o início e o fim do período analisado.

De salientar ao longo destes últimos anos o incremento continuado dos fluxos provenientes dos países do leste europeu, em especial; da Moldávia, da Ucrânia, da Roménia e da Rússia¹⁸ que em conjunto atingiram os 106 145 indivíduos, em 2008, número correspondente a 63,9% da população estrangeira com residência legal em Portugal proveniente da Europa e 24,3% do total da população estrangeira em situação regular no país.

Do conjunto dos países da UE, o Reino Unido (3,5%), Alemanha (1,9%) e Espanha (1,7%) continuam a assumir as posições mais importantes, embora tenham sofrido ligeiros recuos. Os nacionais do Brasil subiram 21,7 % entre 2001 e 2008, quase duplicando neste último ano face ao anterior e são responsáveis pela maioria dos residentes estrangeiros regulares provenientes da América Central e do Sul. A Ásia ganha importância no conjunto da população estrangeira legalizada e atinge os 6,5% em 2008, contribuindo, essencialmente, os nacionais da China para o acréscimo.

Do total da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, em 2008, 52,4 % eram indivíduos do sexo masculino e 47,6% do sexo feminino contra 54,7% e 45,3% em 2007 e 56,2% e 43,8% em 2001, persistindo o atenuar da sobre representatividade masculina. A relação de masculinidade é mais elevada entre os nacionais de países da EU, na qual por cada 100 mulheres residentes em Portugal existem 116 homens, valor ligeiramente inferior ao da Europa (119 homens, por cada 100 mulheres). O rácio desce e é mais equilibrado entre a população proveniente dos PALP (103 homens por 100 mulheres) onde apenas na nacionalidade moçambicana os homens superam as mulheres. Dos países da Europa do Leste persiste um rácio é favorável aos homens e atinge, no caso dos nacionais da Ucrânia o valor de 134. Os nacionais da China também evidenciam uma maior representatividade masculina (113 homens por cada 1000 mulheres).

¹⁸ Sobre esta temática ver Maria I. Baganha, José Carlos Marques e Pedro Góis "Imigrantes de Leste em Portugal" Revista de Estudos Demográficos nº38 pp. 31-46, INE, Lisboa 2006.

Entre as nacionalidades mais representativas verifica-se que os rácios são inferiores à média da população estrangeira com residência legal em Portugal (109 mulheres por 100 homens) encontram-se as mulheres brasileiras (87 homens por 100 mulheres) e as cabo-verdianas (92 homens por 100 mulheres). Em alguns casos a análise tem que ser cautelosa devido à pouca expressividade dos efectivos envolvidos.

Entre 2001 e 2008 a população estrangeira com residência legal em Portugal cresceu segundo uma taxa média anual de 9,5%, situando-se a dos homens e, 8,5% e elevando-se a das mulheres 10,7%. Com taxas médias superiores às verificadas na população total surgem os países da Europa de Leste, Brasil, China e Índia.

A relação de feminilidade tem vindo a subir, facto que indicia ou o intensificar da entrada de mulheres na situação de imigrantes ou por motivo de reagrupamento familiar.

Relevante é conhecer a repartição etária da população estrangeira em Portugal e avaliar, o seu impacte, na população de acolhimento, nomeadamente o possível efeito no atenuar do envelhecimento demográfico. Esta análise não é possível de momento, dado que o SEF não tem a referida informação tratada. Deste modo, só os resultados definitivos dos Censos 2001, permitem, conhecer, a estrutura etária da referida população.

Devido à intensidade do fenómeno migratório em situação irregular realizaram-se duas operações de legalização extraordinária, em 1992 e em 1996, que originaram a legalização de 39 166 e 35 082 cidadãos estrangeiros, respectivamente. Em ambas as operações a maioria dos pedidos, cerca de 70% pertenceu aos nacionais dos países de língua portuguesa (PALP) e dentro desta predominou a nacionalidade angolana, embora tenham perdido peso entre uma e outra.

No que se refere à emigração, os problemas em quantificar os fluxos agravaram-se em 1988 quando foi extinto o *Passaporte de Emigrante*¹⁹ e com a adesão à União Europeia, devido à livre circulação de pessoas nas fronteiras e com o acordo de Shengen celebrado em 1999.

Na emigração portuguesa destacam-se algumas fases de evolução. Uma, que regista o primeiro grande surto emigratório da história contemporânea portuguesa, sobretudo para o Brasil, e que se localiza entre 1911 e 1920 atingindo o valor máximo em 1912; outra, de maior intensidade e que corresponde ao grande ciclo de emigração portuguesa para a Europa, ocorre durante a guerra colonial, situa-se entre 1962 a 1973, e origina a diminuição da população portuguesa durante este período. Ambas as fases têm subjacentes saídas de carácter permanente ou seja, por períodos iguais ou superiores a um ano. A partir do final dos anos oitenta, a emigração portuguesa, assume alguma expressão, mas prevalecem os fluxos de carácter temporário, ou seja por período inferior a um ano, situação que, segundo se estima, tenha tido continuidade no início do presente século²⁰.

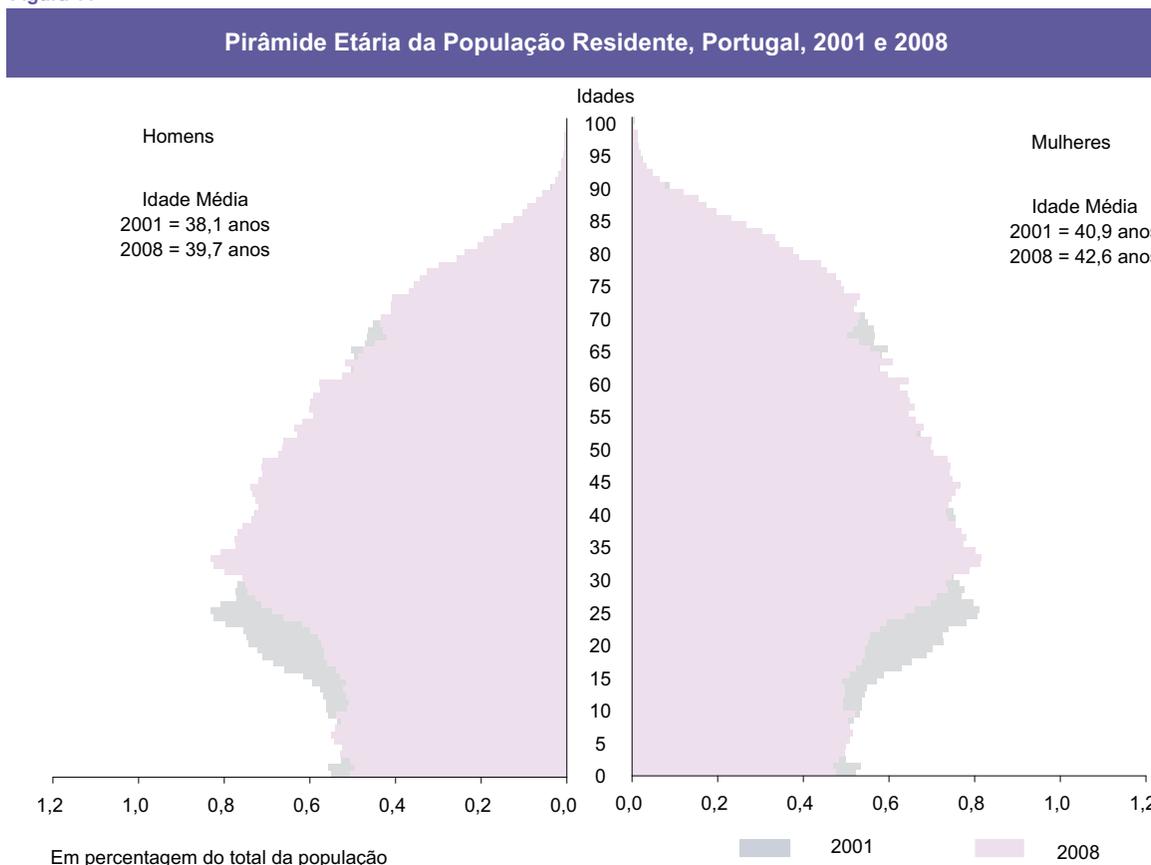
19 Decreto-lei 438/88

20 Sobre esta temática ver Moreira, Humberto "Emigração Portuguesa (Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas)"; Revista de Estudos Demográficos nº38 pp. 47-66, INE, Lisboa 2006.

7. Estruturas etárias e Envelhecimento

A pirâmide de Portugal evidencia a forte queda de fecundidade e o significativo aumento da esperança de vida.

Figura 11



Os ganhos alcançados em termos de esperança de vida induziram o aumento da idade média da população em cerca de 3,7 anos, que passou de 35,5 anos em 1991, para 38,1 anos em 2001 e para 39,7 anos, em 2008, nos homens, e de 38,2 anos, 40,9 anos e 42,6 anos nas mulheres, respectivamente nos mesmos anos. O cálculo da idade mediana permite eliminar os efeitos das idades extremas e estima-se, em 2008, em 38 anos para os homens e 41 anos para as mulheres, não sofrendo alteração face ao ano anterior.

Os desequilíbrios entre os efectivos masculinos e femininos nas idades avançadas, consequência da desigualdade perante a morte, anteriormente analisada, estão bem marcados no desenho da pirâmide.

O aumento conjuntural da natalidade verificado após 1995, é visível nas gerações mais recentes mas revela-se insuficiente para compensar o declínio da percentagem de jovens na população. Na realidade, os efeitos da queda da fecundidade são bastante duradouros e difíceis de recuperar e estão bem visíveis na redução da população jovem, que em 2001 tinha um peso relativo de 15,9% na população total e em 2008 apenas 15,3%.

Em oposição, a população em idade activa dos 15-64 anos, regista uma tendência em baixa no período em análise, representando 67,1% do total da população, em 2008, menos um ponto percentual do que no ano anterior. Dentro da população em idade activa ou adulta, ressaltam duas dinâmicas de evolução opostas, com a população mais nova a baixar e a população mais velha a aumentar. De facto, a população em idade activa mais jovem (15-24 anos) desceu para 11,4% em 2008 (11,6% em 2007) enquanto a população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos cresceu para 60,6% (60,4% em 2007). Uma outra decomposição da população em idade activa mostra idêntica tendência: a população dos 15-44 anos caiu para 41,5% em 2008 (41,9% em 2007). Ao contrário, a população dos 45-64 anos, ou seja a população em idade activa mais velha, aumenta de 25,3% para 25,6% no mesmo espaço de tempo. Este comportamento evidencia o envelhecimento da população em idade activa.

A população idosa, ou seja, igual ou superior a 65 anos, representava em 2001, cerca de 16,5 %, reforçou essa posição aumentando continuamente até atingir os 17,6% em 2008, proporção que ultrapassa a média estimada para UE27 (17,1%) referente ao mesmo ano de acordo com o Europop 2008, Convergence Scenario. Dentro da população idosa, o crescimento é mais forte nos idosos mais velhos.

O envelhecimento está bem visível na evolução do peso relativo da população com 75 ou mais anos que subiu 6,9% de 2001 para 8,2% em 2008. A tendência é mais acentuada entre as mulheres (8,3% em 2001 e 9,8% em 2008). A população desta faixa etária representa quase metade da população idosa (46,4% em 2008, valor que sobe para 49,2% nas mulheres).

A proporção dos mais idosos (80 ou mais anos) na população idosa em 2008 eleva-se a 24,6% sendo 20,9% nos homens e 27,3% nas mulheres, diferença que reflecte o fenómeno da sobremortalidade masculina, contra 24,1% e 26,7%, respectivamente para homens e mulheres, no ano anterior.

A estrutura etária da população portuguesa resulta das diferentes evoluções dos movimentos natural e migratório ao longo do período em observação, traduzida em uma nova distribuição dos grupos etários, com um número de pessoas idosas superior ao número de jovens, visível nos indicadores demográficos normalmente apresentados para medir o envelhecimento. Em 2001, por cada 100 jovens com menos de quinze anos havia cerca de 104 idosos, em 2008 o rácio eleva-se para 116 idosos, não tendo ainda atingido os 100 nos homens, mas o número de idosas ultrapassou largamente o número de jovens, com o indicador a fixar-se nos 138.

Quadro 13

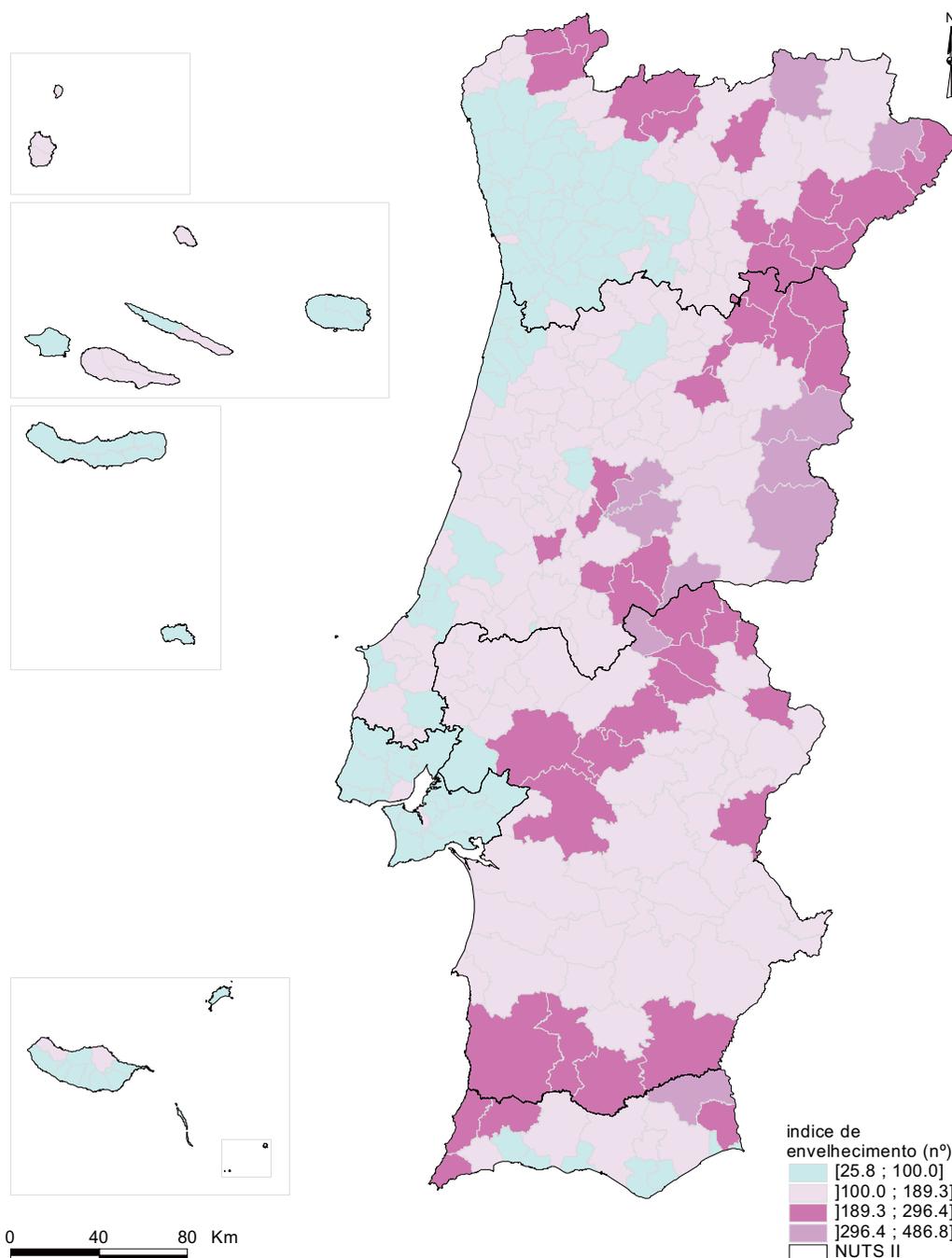
Estrutura por idades da população residente (%) e índices resumo, Portugal, 2001-2008								
Indicadores	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
População com 0 - 14 anos	15,9	15,8	15,7	15,6	15,6	15,5	15,3	15,3
Homens	16,8	16,8	16,7	16,6	16,5	16,4	16,3	16,2
Mulheres	15,0	14,9	14,9	14,8	14,7	14,6	14,5	14,4
População com 15 - 64 anos	67,6	67,5	67,4	67,3	67,3	67,3	67,2	67,1
Homens	68,9	68,8	68,8	68,7	68,7	68,7	68,7	68,6
Mulheres	66,4	66,3	66,2	66,1	66,0	65,9	65,9	65,7
População com 65 e mais anos	16,5	16,7	16,8	17,0	17,1	17,3	17,4	17,6
Homens	14,3	14,4	14,5	14,7	14,8	14,9	15,0	15,2
Mulheres	18,6	18,8	18,9	19,2	19,3	19,5	19,7	19,9
População com 75 e mais anos	6,9	7,0	7,2	7,3	7,5	7,7	8,0	8,2
Homens	5,5	5,6	5,6	5,8	5,9	6,1	6,3	6,5
Mulheres	8,3	8,4	8,6	8,8	9,0	9,3	9,5	9,8
População com 80 e mais anos	3,5	3,6	3,7	3,8	3,9	4,1	4,2	4,3
Homens	2,6	2,6	2,7	2,8	2,9	3,0	3,1	3,2
Mulheres	4,4	4,5	4,6	4,7	4,9	5,1	5,3	5,4
Índice de dependência total	48,0	48,1	48,3	48,5	48,6	48,6	48,7	49,0
Homens	45,2	45,3	45,4	45,5	45,5	45,5	45,5	45,8
Mulheres	50,6	50,9	51,1	51,4	51,5	51,6	51,9	52,2
Índice de dependência jovens	23,5	23,4	23,3	23,2	23,1	23,0	22,8	22,8
Homens	24,4	24,4	24,3	24,1	24,0	23,8	23,7	23,6
Mulheres	22,6	22,5	22,5	22,4	22,2	22,1	22,0	21,9
Índice de dependência idosos	24,5	24,7	24,9	25,3	25,4	25,6	25,9	26,3
Homens	20,8	21,0	21,1	21,4	21,5	21,7	21,9	22,2
Mulheres	28,0	28,3	28,6	29,0	29,3	29,5	29,9	30,3
Índice de envelhecimento	104,2	105,5	106,8	108,7	110,1	111,7	113,6	115,5
Homens	85,1	86,1	87,2	88,7	89,7	90,9	92,4	94,0
Mulheres	124,2	125,8	127,5	129,8	131,5	133,5	135,8	138,1
Índice de longevidade	42,0	42,3	42,6	43,1	43,85	44,9	45,7	46,4
Homens	38,2	38,5	38,8	39,2	39,94	41,0	41,8	42,4
Mulheres	44,6	45,0	45,4	45,9	46,67	47,6	48,5	49,2

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001 - 2008

A proporção é mais elevada no caso das mulheres devido à maior longevidade que possuem. O indicador passou de 124 idosas por cada 100 jovens em 2001, para 138 em 2008. Estima-se que desde 1995 as mulheres idosas residentes em Portugal ultrapassem, em número, as mulheres jovens.

Figura 12

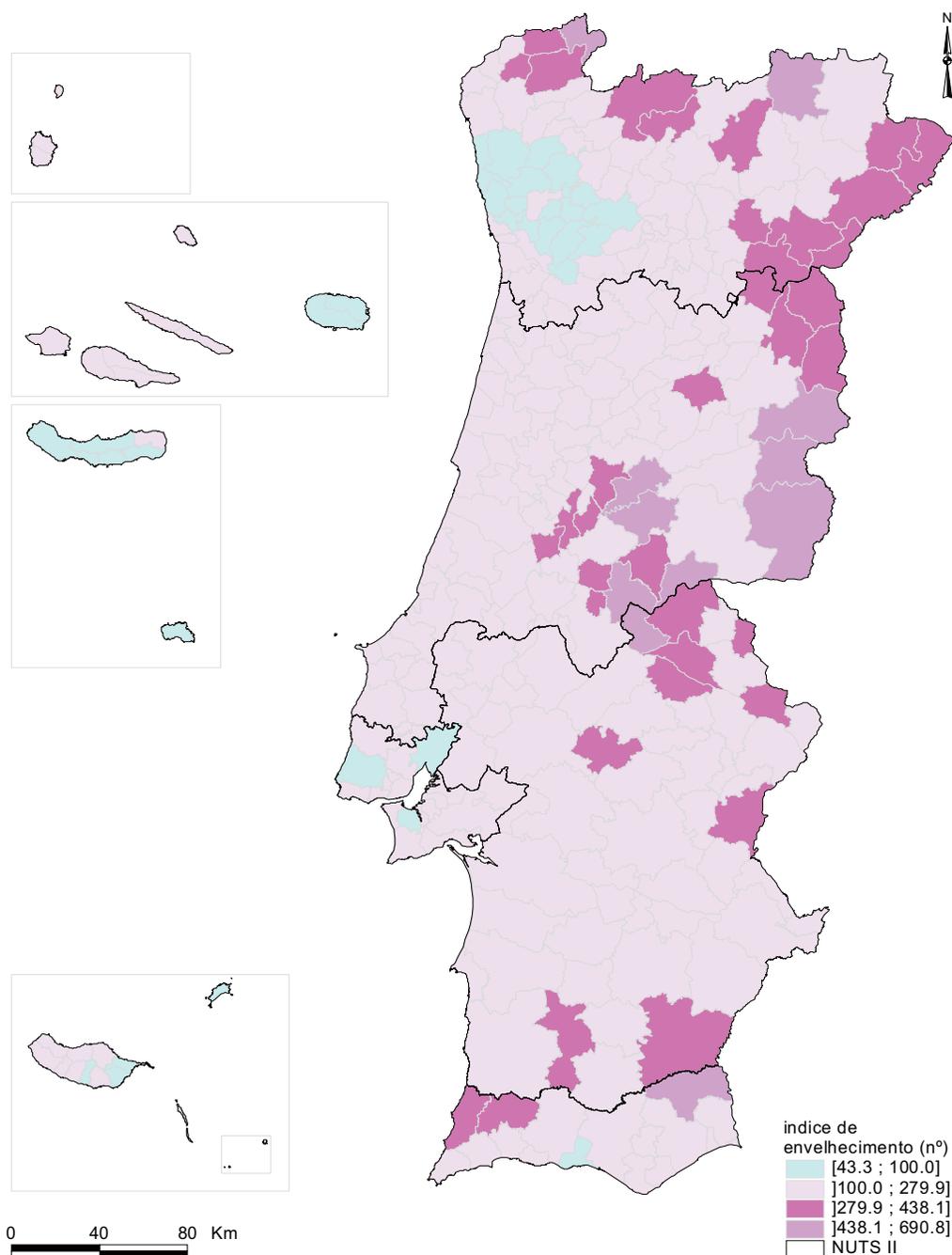
Índice de envelhecimento, homens, Portugal, 2008



A proporção entre a população em idade activa (15-64 anos) e a população dependente (com menos de quinze anos e com 65 ou mais anos) está expressa no índice de dependência total que subiu de 48 dependentes em 2001 e 49 em 2008. Este indicador contém duas evoluções opostas; uma descendente, a do índice de

Figura 13

Índice de envelhecimento, mulheres, Portugal, 2008



dependência de jovens que passou de 24 jovens a cargo para 23 e reflecte a baixa da fecundidade, e outra ascendente que se traduz num aumento do índice de dependência de idosos de 25 para 26, resultante do aumento da esperança de vida em idêntico período. O índice de dependência de idosos não cessa de aumentar e resulta sobretudo da acentuada queda de fecundidade, pois os ganhos no campo da mortalidade observam-se em todas as idades e em especial na mortalidade infantil.

O índice de envelhecimento, que compara a população com 65 e mais anos com a população de idade inferior a 15 anos, assume diferentes evoluções demográficas a nível regional e é na Região Autónoma dos Açores que se encontra o valor mais baixo, consequência do facto de esta região só muito recentemente ter deixado de assegurar a substituição das gerações. O índice varia assim, em 2008 de 64 idosos por cada 100 jovens na Região Autónoma dos Açores a 186 idosos por cada 100 jovens no Alentejo, nível que atinge os 220 nas mulheres. São as zonas onde a natalidade é mais elevada que têm os menores rácios.

Da análise das figuras 12 e 13 facilmente ressalta que as disparidades entre homens e mulheres, em termos de valores do indicador, representando as manchas azuis os municípios em que o número de jovens ainda é superior ao das pessoas idosas, concentradas nas zonas do litoral e mais numerosas nas mulheres. Pode adiantar-se que os municípios com níveis de envelhecimento mais fortes coincidem com os que detêm as taxas de crescimento natural mais negativas. O indicador varia entre os 43 e os 690, para mulheres e entre os 26 e os 487, para os homens.

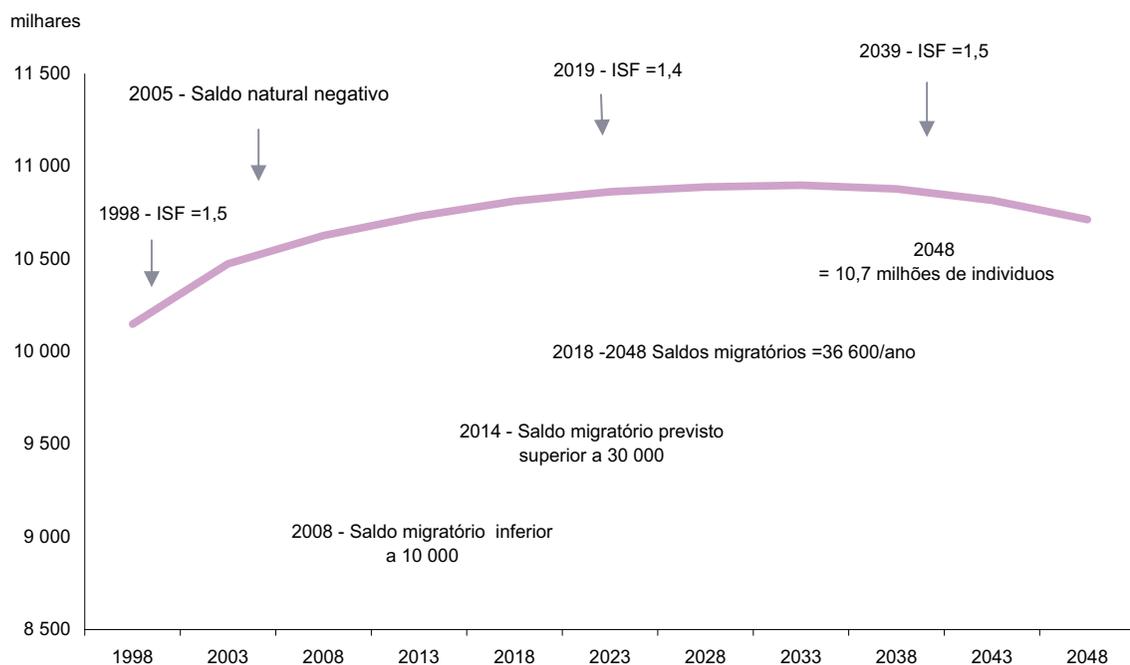
As projecções de população residente recentemente calculadas pelo INE, I.P. assentam nas estimativas provisórias da população de 1 de Janeiro de 2008 baseadas nos resultados definitivos dos Censos 2001 e nas tendências das variáveis demográficas apontam para um decréscimo da população residente, que se, se verificarem as hipóteses consideradas se situará nos 8,9 milhões de indivíduos em 2060²¹.

O *cenário central* conjuga subidas graduais dos níveis actuais de fecundidade e de esperança de vida com saldos migratórios sempre positivos com tendência para aumentarem e tornarem-se constantes e iguais a 36 584 indivíduos por ano, a partir de 2018.

21 INE, I.P. (2009) *Projeções de População Residente – Portugal - 2008 – 2060*.

Figura 14

População residente em Portugal, em 31 de Dezembro, 1998-2048



Fonte: INE, I.P. Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000 e Projeções da População Residente, 2008-2060 (cenário central)

Prevê-se que a população residente em 31 de Dezembro de 2048 aumente para 10,7 milhões de indivíduos, face à população de partida que se fixava nos 10,6 milhões. Esta evolução, inversa à deduzida das anteriores projecções resulta essencialmente dos níveis migratórios serem sempre superiores a 30 000 a partir de 2011 superando os 36 000 indivíduos entre 2018 e 2048, pois no campo da fecundidade as hipóteses escolhidas pouco diferem das anteriores e de níveis de esperança de vida mais favoráveis e assentes na recuperação verificada nos anos mais recentes.

De acordo com as hipóteses adoptadas a esperança de vida cresce do momento de partida de 75,4 anos para 81,2 nos homens e de 82,0 anos para 87,1 anos nas mulheres.

A revisão das hipóteses adoptadas no cálculo das projecções de população, no campo da mortalidade e, em particular das migrações retardou o declínio da população e na estrutura da mesma. A proporção de população jovem reduzir-se-á a 13,3% e a população idosa aumentará para 31,3% agravando-se assim o processo de envelhecimento da população portuguesa bem expresso no índice de envelhecimento de 265 idosos por cada 100 jovens.

Mesmo num cenário de fecundidade alta, com um índice de fecundidade a atingir 1,7 crianças por mulher a população situar-se-á em 11 856,3 milhares de indivíduos, a população idosa aumentará mais moderadamente (29,3%) e o índice fixar-se-á em 232 idosos por cada 100 jovens, em 31 de Dezembro de 2048.

Esta evolução demonstra que a imigração pode retardar o envelhecimento demográfico, dada a maior juventude da sua população, mas não o resolve.

Conclusões

No período de 2001 a 2008, Portugal registou um crescimento continuado da população, segundo um ritmo fraco e decrescente.

O crescimento da população resulta quase exclusivamente do saldo migratório dado que o saldo natural observado é diminuto, tornando-se mesmo negativo em 2007. Esta evolução deve-se aos fortes fluxos de entrada no País, quer na forma de imigrantes com nacionalidade estrangeira quer na forma de regresso de portugueses.

A fecundidade permanece a níveis muito inferiores aos necessários para renovar as gerações, ou seja, cerca de 2,1 crianças por mulher. Os filhos dos imigrantes ganham peso no número anual de nascimentos e os nados vivos de mães residentes em Portugal, com nacionalidade brasileira, reforçaram o primeiro lugar na hierarquização dos nados vivos de mães estrangeiras. No que se refere ao padrão da fecundidade, a maternidade depois dos trinta anos é mais frequente e a das adolescentes mantém-se elevada, apesar de ter recuado substancialmente.

A longevidade aumenta e os respectivos efeitos na composição etária da população agravam o processo do envelhecimento demográfico. A esperança de vida conhece ganhos significativos, sobretudo entre os homens, diminuindo a diferença da vida média entre homens e mulheres.

A importante redução do número de casamentos e o forte acréscimo tanto dos nascimentos com coabitação dos pais como dos divórcios e da idade média ao casamento comprovam os novos modelos de família.

As grandes mudanças na fecundidade e na mortalidade durante a segunda metade do século passado, aceleraram o processo de envelhecimento da população residente em Portugal e explicam as disparidades entre o número de homens idosos e de mulheres idosas.

O declínio da mortalidade infantil e adulta, a maior autonomia da mulher, a dificuldade em conciliar vida familiar e profissional e a maior acessibilidade a métodos contraceptivos seguros, são factores que pesam na decisão de ter filhos, e no seu espaçamento. O ingresso tardio dos jovens no mercado de trabalho, devido à maior escolarização, e conseqüente dependência das gerações mais novas às mais idosas são factores igualmente decisivos sobre o número de filhos a ter. A criação do sistema de segurança social conferiu maior independência às pessoas idosas e os esquemas de pensões de reforma separaram a função de procriar da de sustentar os pais na velhice.

Desigual distribuição espacial da população e níveis e intensidade do envelhecimento diferentes. Nenhuma das regiões NUTS II assegura a subsituação das actuais gerações de pais, pois assumem níveis inferiores a 2,1 crianças por mulher.

Portugal continua a ser um país de imigração, embora com fluxos de entrada gradualmente mais moderados, tendo os países de origem dos fluxos diversificado, mas permanece um país de emigração, sobretudo de natureza temporária. O sentido que os fluxos migratórios assumirem no futuro determinam o maior ou menor grau de envelhecimento demográfico, pois a manutenção da fecundidade a níveis inferiores ao da substituição das gerações parece irreversível. A fixação de população com nacionalidade estrangeira representa um papel relevante no desenho da pirâmide de idades do país e na repartição por sexo. Como a estrutura etária dos imigrantes é geralmente mais jovem do que a da população de acolhimento, concentrando-se sobretudo nas idades activas, a entrada de imigrantes pode atenuar o envelhecimento. Contudo, é conhecido, que o efeito sobre a composição de idades da população é mais modesto do que a baixa da fecundidade, pois os imigrantes tendem a adoptar os padrões de fecundidade e mortalidade das sociedades de acolhimento, e eles próprios envelhecem. O impacte da fecundidade dos imigrantes na população depende do volume e da respectiva estrutura de idades.

As projecções disponíveis no INE apontam para a uma diminuição da população e para a progressão do fenómeno do envelhecimento, mesmo na hipótese de os níveis de fecundidade aumentarem e de os saldos migratórios continuarem positivos. O envelhecimento demográfico surge, assim, como um fenómeno irreversível.

O envelhecimento demográfico e a imigração mantêm-se como os grandes desafios e oportunidades que a sociedade portuguesa enfrenta e para os quais tem de encontrar respostas de modo a garantir uma sociedade inclusiva para todos.

Referências Bibliográficas

- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2008) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 44, pp 35-80, INE, I.P. Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2007) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 42, pp 109-147, INE, I.P. Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2006) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 40, pp 39-76, INE, I.P. Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2005) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 38, pp 111-140, INE, I.P. Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2004) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 36, pp 127-151, INE, I.P. Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e GONÇALVES, Cristina (2004) “Dinâmicas Territoriais do Envelhecimento”, Revista Estudos Demográficos n.º 36, pp 175 -191, INE, I.P. Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2004) “Tábuas de Mortalidade em Portugal”, Revista Estudos Demográficos nº 36, INE, I.P. Lisboa.
- CARRILHO, Maria José (2002) “Os Imigrantes no Processo de Envelhecimento em Portugal” A Europa, o Desafio Demográfico e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, actas do Debate no Centro Cultural de Belém, Parlamento Europeu, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José (1993) “O Processo de Envelhecimento em Portugal: Que Perspectivas...?”, Revista Estudos Demográficos nº 31, INE, Lisboa.
- CHESNAIS, Jean-Claude (s.d.), *La Démographie*, Que sais-je ? , Presses Universitaires de France, Paris.
- DECP/Serviço de Estudos sobre a População (2002) “O Envelhecimento em Portugal - Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas”, Revista Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa.
- Eurostat (2009) - *Statistics in Focus, Population and Social Conditions*, 66/2009, Luxembourg.
- EUROSTAT, *Data in Focus – Population and Social Conditions*, 31/2009, Luxembourg.
- EUROSTAT, *Europe in Figures- Eurostat Yearbook 2009– Population and Social Conditions*, Luxembourg.
- EUROSTAT, *Statistics in Focus – Population and Social Conditions*, 81/2008, Luxembourg.
- EUROSTAT, *Statistics in Focus – Population and Social Conditions*, 41/2007, Luxembourg.
- EUROSTAT, *Statistics in Focus – Population and Social Conditions*, 15/2005, Luxembourg
- INE I.P. (2009), *Estimativas Provisórias de População Residente, 2008, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Sociais, Lisboa
- INE, I.P. (2009), *Projeções de População Residente - Portugal - 2008 – 2060*. Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Sociais, Lisboa
- INE (2003), *Estimativas Provisórias de População Residente, 2001-2002, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- INE (2003), *Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000, Portugal, NUTS II; NUTS III e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.

INE (2003), *Revista de Estudos Demográficos n 33*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE, *Estatísticas Demográficas*, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.

INE, *Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001*, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.

LECAILLON, Jean-Didier (1992), *Démographie Économique – Analyse des Ressources Humaines*, Éditions Litec, Paris.

NAZARETH, J. Manuel (2009), *Crescer e Envelhecer - Constangimentos do envelhecimento Demográfico*, Editorial Presença, Lisboa

NAZARETH, J. Manuel (1996), *Introdução à Demografia – Teoria e Prática*, Editorial Presença, Lisboa.

PRESSAT, Roland (1972), *Démographie Statistique*, Presses Universitaires de France, Paris.

SAUVY, Alfred (1984), *La Population*, Que sais-je ? , 14ª edição, Presses Universitaires de France, Paris.

Anexos_ página 99

Anexo 1

População residente em Portugal, 2001 e 2008, NUTS II (duas geografias)			
NUTS II - Decreto Lei nº46/89 *	População		Taxa média anual de crescimento (%)
	31 .XII. 2001	31 .XII. 2008	
Portugal	10 329 340	10 627 250	0,41
Continente	9 851 424	10 135 309	0,41
Norte	3 667 529	3 745 439	0,30
Centro	1 769 832	1 786 692	0,14
Lisboa e Vale do Tejo	3 499 107	3 665 613	0,66
Alentejo	524 023	507 481	-0,46
Algarve	390 933	430 084	1,36
Região Autónoma dos Açores	237 575	244 780	0,43
Região Autónoma da Madeira	240 341	247 161	0,40

NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002	População		Taxa média anual de crescimento (%)
	31 .XII. 2001	31 .XII. 2008	
Portugal	10 329 340	10 627 250	0,41
Continente	9 851 424	10 135 309	0,41
Norte	3 667 529	3 745 439	0,30
Centro	2 339 559	2 383 284	0,26
Lisboa	2 686 872	2 819 433	0,69
Alentejo	766 529	757 069	-0,18
Algarve	390 933	430 084	1,36
Região Autónoma dos Açores	237 575	244 780	0,43
Região Autónoma da Madeira	240 341	247 161	0,40

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE I.P., Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População em 2001 e 2008.

Anexo 2

Taxas de Natalidade e de Mortalidade (por mil habitantes), NUTS II, 2008		
NUTS II - Decreto Lei nº46/89 *	Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade
Portugal	9,8	9,8
Continente	9,8	9,8
Norte	9,2	8,4
Centro	8,2	11,4
Lisboa e Vale do Tejo	11,1	9,6
Alentejo	8,2	14,8
Algarve	11,5	11,1
Região Autónoma dos Açores	11,6	9,3
Região Autónoma da Madeira	10,9	10,5

NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002	Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade
Portugal	9,8	9,8
Continente	9,8	9,8
Norte	9,2	8,4
Centro	8,5	11,4
Lisboa	11,6	9,1
Alentejo	8,6	14,0
Algarve	11,5	11,1
R. A. dos Açores	11,6	9,3
Região Autónoma da Madeira	10,9	10,5

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE I.P., Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População, 2008 (cálculos das autoras).

Anexo 3

Taxas de fecundidade (por mil mulheres), NUTS II, 2008									
Idades	Nuts II, Decreto Lei n°46/89*								
	Portugal	Continente	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
15-19	16,18	15,60	12,88	11,08	20,03	18,56	22,00	29,30	21,48
20-24	45,90	45,32	41,41	34,57	53,88	42,21	65,93	63,00	47,22
25-29	76,74	76,76	71,54	67,74	84,66	71,01	105,76	84,05	68,68
30-34	85,76	86,15	78,84	79,47	95,34	82,35	100,54	76,56	79,61
35-39	42,03	42,07	36,28	37,39	49,93	39,00	48,79	38,39	43,67
40-44	7,84	7,82	6,43	6,81	10,01	7,09	7,18	5,44	10,62
45-49	0,43	0,42	0,37	0,27	0,53	0,46	0,53	0,35	0,86
15-49	40,40	40,31	36,09	35,04	46,70	37,89	50,52	44,28	40,02
Fecundidade Total	1,37	1,37	1,24	1,19	1,57	1,30	1,75	1,49	1,36

Taxas de fecundidade (por mil mulheres), NUTS II, 2008									
Idades	NUTS II, Decreto Lei n° 244/2002								
	Portugal	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
15-19	16,18	15,60	12,88	11,78	21,35	19,18	22,00	29,30	21,48
20-24	45,90	45,32	41,41	36,40	57,29	43,76	65,93	63,00	47,22
25-29	76,74	76,76	71,54	70,28	86,38	74,43	105,76	84,05	68,68
30-34	85,76	86,15	78,84	80,25	98,69	82,97	100,54	76,56	79,61
35-39	42,03	42,07	36,28	37,73	52,80	40,13	48,79	38,39	43,67
40-44	7,84	7,82	6,43	6,58	11,08	7,23	7,18	5,44	10,62
45-49	0,43	0,42	0,37	0,27	0,61	0,39	0,53	0,35	0,86
15-49	40,40	40,31	36,09	35,90	48,85	39,20	50,52	44,28	40,02
Fecundidade Total	1,37	1,37	1,24	1,22	1,64	1,34	1,75	1,49	1,36

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE I.P., Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População, 2008 (cálculos das autoras).

Anexo 4

Idade Média ao Casamento (anos), NUTS II, 2008				
Nuts II, Decreto Lei nº46/89*	Indicadores			
	Idade Média ao Casamento		Idade Média ao 1º Casamento	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Portugal	32,6	30,1	29,7	28,1
Continente	32,7	30,3	29,8	28,3
Norte	31,1	28,7	28,9	27,2
Centro	32,1	29,8	29,6	28,0
Lisboa e Vale do Tejo	34,7	32,2	31,0	29,6
Alentejo	34,0	31,0	31,2	29,2
Algarve	35,6	32,7	31,9	29,6
Região Autónoma dos Açores	29,9	26,6	27,5	24,9
Região Autónoma da Madeira	32,5	29,6	29,6	28,1

NUTS II, Decreto Lei nº 244/2002	Indicadores			
	Idade Média ao Casamento		Idade Média ao 1º Casamento	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Portugal	32,6	30,1	29,7	28,1
Continente	32,7	30,3	29,8	28,3
Norte	31,1	28,7	28,9	27,2
Centro	32,3	29,9	29,7	28,1
Lisboa	35,2	32,6	31,2	29,9
Alentejo	33,8	30,9	30,9	29,0
Algarve	35,6	32,7	31,9	29,6
Região Autónoma dos Açores	29,9	26,6	27,5	24,9
Região Autónoma da Madeira	32,5	29,6	29,6	28,1

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE I.P., Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População em 2008.

Anexo 5

Idade Média à Maternidade (anos), NUTS II, 2008		
Nuts II, Decreto Lei nº46/89*	Indicadores	
	Nascimento de um Filho	Nascimento do 1º Filho
Portugal	30,2	28,4
Continente	30,3	28,5
Norte	30,1	28,2
Centro	30,4	28,7
Lisboa e Vale do Tejo	30,4	28,7
Alentejo	30,2	28,2
Algarve	29,7	28,0
Região Autónoma dos Açores	28,4	26,3
Região Autónoma da Madeira	30,0	28,0

NUTS II, Decreto Lei nº 244/2002	Indicadores	
	Nascimento de um Filho	Nascimento do 1º Filho
Portugal	30,2	28,4
Continente	30,3	28,5
Norte	30,1	28,2
Centro	30,3	28,6
Lisboa	30,5	28,9
Alentejo	30,0	28,1
Algarve	29,7	28,0
Região Autónoma dos Açores	28,4	26,3
Região Autónoma da Madeira	30,0	28,0

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE I.P., Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População em 2008.

Anexo 6

Taxas de Nupcialidade e de Divorcialidade (por mil habitantes), NUTS II, 2008		
NUTS II - Decreto Lei nº46/89 *	Taxa de Nupcialidade	Taxa de Divorcialidade
Portugal	4,1	2,5Po
Continente	4,0	—
Norte	4,6	—
Centro	4,0	—
Lisboa e Vale do Tejo	3,6	—
Alentejo	3,2	—
Algarve	3,6	—
Região Autónoma dos Açores	4,7	—
Região Autónoma da Madeira	5,4	—

NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002	Taxa de Nupcialidade	Taxa de Divorcialidade
Portugal	4,1	2,5Po
Continente	4,0	—
Norte	4,6	—
Centro	3,9	—
Lisboa	3,7	—
Alentejo	3,2	—
Algarve	3,6	—
Região Autónoma dos Açores	4,7	—
Região Autónoma da Madeira	5,5	—

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Po - dado provisório.

Fonte: INE I.P., Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População, 2008 (cálculos das autoras).

Esperança de vida da população residente (anos), por grupos etários, NUTS II, 2007-2008

Idades		NUTS II - Decreto Lei nº46/89 *																			
		Portugal		Continente		Norte		Centro		Lisboa Vale do Tejo		Alentejo		Algarve		R.A. Açores		R.A. Madeira			
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M		
0	76,1	82,3	76,3	82,4	76,5	82,6	76,8	82,5	76,0	82,3	75,5	81,5	74,9	82,1	73,1	79,4	70,4	79,3			
1	75,3	81,5	75,5	81,7	75,8	81,9	76,0	81,8	75,3	81,6	74,9	80,8	74,2	81,3	72,4	78,7	69,5	78,6			
5	71,4	77,6	71,6	77,7	71,8	77,9	72,1	77,8	71,4	77,6	70,9	76,8	70,4	77,4	68,5	74,8	65,6	74,7			
10	66,4	72,6	66,6	72,8	66,9	73,0	67,1	72,9	66,4	72,7	66,0	71,9	65,4	72,4	63,6	69,9	60,6	69,8			
15	61,5	67,7	61,7	67,8	61,9	68,0	62,1	67,9	61,5	67,7	61,0	67,0	60,5	67,5	58,6	64,9	55,7	64,8			
20	56,6	62,8	56,8	62,9	57,1	63,1	57,3	63,0	56,6	62,8	56,0	62,1	55,7	62,5	53,7	60,0	50,9	59,9			
25	51,8	57,8	52,0	58,0	52,2	58,1	52,5	58,1	51,9	57,9	51,2	57,2	50,9	57,7	48,9	55,1	46,2	54,9			
30	47,1	52,9	47,2	53,1	47,4	53,2	47,7	53,2	47,1	53,0	46,6	52,3	46,3	52,8	44,2	50,2	41,5	50,0			
35	42,3	48,0	42,5	48,2	42,7	48,3	43,0	48,3	42,4	48,1	41,8	47,5	41,7	48,0	39,4	45,4	36,8	45,1			
40	37,7	43,2	37,9	43,3	38,0	43,4	38,3	43,4	37,8	43,3	37,2	42,7	37,3	43,2	34,8	40,5	32,3	40,4			
45	33,2	38,5	33,4	38,6	33,5	38,7	33,7	38,7	33,2	38,5	32,6	38,0	32,9	38,4	30,4	35,8	27,9	35,7			
50	28,9	33,8	29,0	33,9	29,1	34,0	29,3	34,0	28,9	33,9	28,3	33,3	28,6	33,8	26,1	31,0	23,9	31,0			
55	24,7	29,2	24,8	29,3	24,9	29,3	25,1	29,4	24,8	29,3	24,2	28,7	24,4	29,2	22,1	26,5	20,1	26,5			
60	20,6	24,6	20,8	24,7	20,8	24,8	21,0	24,8	20,8	24,8	20,2	24,2	20,5	24,7	18,3	22,2	16,5	22,0			
65	16,8	20,2	16,9	20,3	17,0	20,3	17,1	20,4	16,9	20,3	16,4	19,8	16,9	20,3	14,7	18,0	13,3	17,8			
70	13,2	16,0	13,3	16,1	13,3	16,1	13,4	16,1	13,3	16,1	12,9	15,6	13,4	16,1	11,4	14,1	10,2	13,9			
75	10,0	12,1	10,0	12,2	10,1	12,2	10,1	12,2	10,0	12,2	9,8	11,7	10,1	12,1	8,5	10,5	7,7	10,4			
80	7,3	8,7	7,3	8,7	7,5	8,8	7,2	8,7	7,3	8,7	7,2	8,4	7,1	8,6	6,1	7,5	5,6	7,5			
85 e +	5,3	5,9	5,3	6,0	5,5	6,1	5,2	5,9	5,2	6,0	5,3	5,8	5,0	5,6	4,2	5,1	4,7	5,0			

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: Tábuas Abreviadas de Mortalidade calculadas pelas autoras, com base em informação disponível no INE I.P.

Anexo 8

Esperança de vida da população residente (anos), por grupos etários, NUTS II, 2007-2008

Idades	NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002																	
	Portugal		Continente		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		R.A. Açores		R.A. Madeira	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
0	76,1	82,3	76,3	82,4	76,5	82,6	76,7	82,4	76,0	82,5	75,5	81,6	74,9	82,1	73,1	79,4	70,4	79,3
1	75,3	81,5	75,5	81,7	75,8	81,9	75,9	81,7	75,3	81,7	74,8	80,8	74,2	81,3	72,4	78,7	69,5	78,6
5	71,4	77,6	71,6	77,7	71,8	77,9	71,9	77,8	71,4	77,8	70,9	76,9	70,4	77,4	68,5	74,8	65,6	74,7
10	66,4	72,6	66,6	72,8	66,9	73,0	67,0	72,8	66,4	72,8	65,9	71,9	65,4	72,4	63,6	69,9	60,6	69,8
15	61,5	67,7	61,7	67,8	61,9	68,0	62,0	67,9	61,5	67,9	60,9	67,0	60,5	67,5	58,6	64,9	55,7	64,8
20	56,6	62,8	56,8	62,9	57,1	63,1	57,2	62,9	56,6	62,9	56,1	62,1	55,7	62,5	53,7	60,0	50,9	59,9
25	51,8	57,8	52,0	58,0	52,2	58,1	52,4	58,0	51,9	58,0	51,3	57,2	50,9	57,7	48,9	55,1	46,2	54,9
30	47,1	52,9	47,2	53,1	47,4	53,2	47,6	53,1	47,1	53,1	46,6	52,3	46,3	52,8	44,2	50,2	41,5	50,0
35	42,3	48,0	42,5	48,2	42,7	48,3	42,9	48,2	42,4	48,2	41,9	47,5	41,7	48,0	39,4	45,4	36,8	45,1
40	37,7	43,2	37,9	43,3	38,0	43,4	38,2	43,4	37,8	43,4	37,3	42,7	37,3	43,2	34,8	40,5	32,3	40,4
45	33,2	38,5	33,4	38,6	33,5	38,7	33,6	38,6	33,3	38,7	32,7	38,0	32,9	38,4	30,4	35,8	27,9	35,7
50	28,9	33,8	29,0	33,9	29,1	34,0	29,2	33,9	29,0	34,1	28,4	33,3	28,6	33,8	26,1	31,0	23,9	31,0
55	24,7	29,2	24,8	29,3	24,9	29,3	25,0	29,3	24,9	29,4	24,2	28,7	24,4	29,2	22,1	26,5	20,1	26,5
60	20,6	24,6	20,8	24,7	20,8	24,8	20,9	24,7	20,8	24,9	20,3	24,2	20,5	24,7	18,3	22,2	16,5	22,0
65	16,8	20,2	16,9	20,3	17,0	20,3	17,0	20,3	16,9	20,5	16,5	19,8	16,9	20,3	14,7	18,0	13,3	17,8
70	13,2	16,0	13,3	16,1	13,3	16,1	13,3	16,0	13,3	16,2	13,0	15,6	13,4	16,1	11,4	14,1	10,2	13,9
75	10,0	12,1	10,0	12,2	10,1	12,2	10,0	12,1	10,1	12,3	9,8	11,7	10,1	12,1	8,5	10,5	7,7	10,4
80	7,3	8,7	7,3	8,7	7,5	8,8	7,2	8,6	7,4	8,9	7,2	8,3	7,1	8,6	6,1	7,5	5,6	7,5
85 e +	5,3	5,9	5,3	6,0	5,5	6,1	5,1	5,8	5,3	6,2	5,3	5,7	5,0	5,6	4,2	5,1	4,7	5,0

Fonte: Tábuas Abreviadas de Mortalidade calculadas pelas autoras, com base em informação disponível no INE I.P.